

ANA SILVÉRIA VAZ

HILDA HILST E *BUFÓLICAS*:
dessacralização de discursos



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
UBERLÂNDIA – MG
2005

ANA SILVÉRIA VAZ

HILDA HILST E *BUFÓLICAS*:
dessaçralização de discursos

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Lingüística do Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Lingüística.

Área de Concentração: Estudos em Lingüística e em Lingüística Aplicada.

Linha de Pesquisa: Estudos sobre texto e discurso.

Orientador: Prof. Dr. Cleudemar A. Fernandes

UBERLÂNDIA – MG
2005

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes – UFU

Profª. Dra. Maria do Rosário Valencise Gregolin – UNESP – Araraquara-SP

Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos – UFU

Uberlândia, 18/03/2005

Pela confiança,
incentivo,
insistência,
esperança...

Ao meu orientador Cleudemar Alves
Fernandes e
à Maria José Gondim, minha querida mãe.

AGRADECIMENTOS

Ao meu professor e amigo Tony, que ainda na graduação (durante aulas tão agradáveis) me despertou a atenção para a autora Hilda Hilst, propondo um trabalho acadêmico gerador desse outro.

Ao professor João Bôsko, pelo papel fundamental na minha escolha e formação teórica em AD, desde os mini-cursos ministrados nos Simpósios de Letras no Campus/UFG de Catalão-GO

À professora Rosário, que, por sua competência, seriedade, trabalho árduo e paixão pela AD, desvenda véus que envolvem teorias e autores, aponta caminhos a serem descobertos; apresenta-nos um mundo quase mágico de teorias, propostas, projetos, posicionamentos políticos e acadêmicos os quais eu admiro muito e a partir deles, procuro me tornar mais profissional.

À minha amiga professora Sirlene, por me ouvir, por ler meus textos, criticá-los, revê-los, relê-los; sempre me ajudando a crescer acadêmica e pessoalmente.

Aos professores da graduação em História (Noé Freire Sandes, Karla Adriana Bessa, Eliane Martins Freitas, Thaís Tormim Porto Guimarães, José Antunes Marques, Bianca, José Eustáquio) e da graduação em Letras (Braz, Sirlene, Tony, Silvana, Maria Helena, Neuza, Imaculada, Ademilde, Maria Regina, Ulysses, Erislane, Fabrício, Bortone), a todos os professores doutores do Programa de Mestrado em Linguística / UFU. Todos, que a seu tempo, modo e postura política, contribuíram com minhas escolhas.

À Solene, pela dedicação e profissionalismo na sua atuação como secretária do MEL/Ileel.

À Prefeitura Municipal de Catalão, nas pessoas do Sr. Prefeito Adib Elias, do Secretário de Administração Nelson Fayad, dos Procuradores Jurídicos Luziânio Eurípedes da Cruz e João Domingos Machado, ao escriturário Robson Rabelo e ao chefe de Departamento de Pessoal Sebastião André Neto, que me apoiaram na concessão de licença remunerada para cursar as disciplinas e em especial ao Sr. Deputado Estadual Fernando Netto que vem me incentivando desde o meu primeiro vestibular.

Aos amigos, companheiros, irmãos, Juninho, Sação, Rodrigo, Rafael, Paula, Eliane, Marcio e Mel, com quem em muitos momentos de condições difíceis, diante de tantas crises existenciais, pude contar com os seus carinhos e aceitação.

Ao grupo de estudos sobre Lacan, da Clínica Freudiana, composto por Nirce, Marta, Fernanda Noca, Ana Luísa, cada uma que traz uma dúvida, um questionamento, um posicionamento e, em especial, à coordenadora Shneider, que com muita competência vem compartilhando conosco suas leituras.

À Dra. Marta de Oliveira Naves (UFU) pelo apoio, consideração, espírito humanitário com que me trata.

À Dra. Benete por todos os momentos de reflexão sobre o Outro em mim.

Em especial, à Tianinha e ao Emílio que se debruçaram sobre a biografia e parte da produção literária de Hilda Hilst para montar a capa deste trabalho.

Tenho andado distraído
Impaciente e indeciso
E ainda estou confuso
Só que agora é diferente
Estou tão tranquilo e tão contente
Quantas chances desperdicei
Quando o que eu mais queria
Era provar pra todo mundo
Que eu não precisava
Provar nada pra ninguém

(Dado Villa-Lobos/Renato Russo/
Renato Terra)

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I.....	15
<i>LÍNGUA, MEMÓRIA, HISTÓRIA:</i>	15
1.1 – <i>A Língua – meio de significação</i>	16
1.2 – <i>O Discurso – conceito que implica prática</i>	18
1.3 – <i>O Sujeito</i>	21
1.4 – <i>Formação Discursiva e as noções de Sentido</i>	28
CAPÍTULO II.....	32
<i>Interdiscurso: O Papel da Memória e da História na(s) sua(s) leitura(s)</i>	32
CAPÍTULO III	39
<i>História e memória discursiva em Bufólicas</i>	39
3.1 - <i>Os Contos de Fadas e Bufólicas: discursos dessacralizados</i>	41
3.2 – <i>Enunciações, deslocamentos e outros efeitos de sentido</i>	43
3.3 – <i>Do homossexualismo</i>	44
3.4 – <i>Das “anomalias” genitais e sexuais</i>	50
3.5 – <i>Da discriminação pelo racismo e pelo uso da língua</i>	54
3.6 – <i>Do uso da língua produzindo outros efeitos de sentido</i>	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
1. <i>Bibliografia Consultada</i>	63
2. <i>Bibliografia Geral</i>	68
ANEXOS	Erro! Indicador não definido.
1 – <i>O REIZINHO GAY</i>	Erro! Indicador não definido.
2 - <i>A RAINHA CARECA</i>	Erro! Indicador não definido.
3 – <i>DRIDA, A MAGA PERVERSA E FRIA</i>	Erro! Indicador não definido.
4 – <i>O ANÃO TRISTE</i>	Erro! Indicador não definido.
5 - <i>A CHAPÉU</i>	5
6 – <i>CANTORA GRITANTE</i>	Erro! Indicador não definido.
7 – <i>FILÓ, A FADINHA LÉSBICA</i>	Erro! Indicador não definido.

RESUMO

Esta pesquisa destina-se a uma análise da obra *Bufólicas*, de Hilda Hist, em que, por meio de uma metodologia de caráter qualitativo-interpretavista, e pela utilização de conceitos da Análise do Discurso de linha francesa, reportando-se à memória discursiva, será evidenciada a relação dessa obra com fábulas e contos de fadas tradicionais. Partindo-se do estudo destes contos, por Bruno Bettelheim, que evidencia as esferas do bem e do mal que os perpassam, este trabalho mostra o questionamento representado pelos sujeitos presentes na obra (autor e personagens), na medida em que, através do uso da figura do bufão, ridiculariza a moral edificante presente nos contos de fada tradicionais, opondo-lhes, por meio de sua reelaboração, a dispersão de suas personagens em uma materialidade discursiva que propõe a sátira e o questionamento de uma moral imposta socialmente. Assim, a linguagem utilizada pelo sujeito autor oscila entre um léxico rebuscado e termos chulos constantes de piadas, xingamentos, do uso oral da linguagem tão corrente em nossa sociedade. A partir da constatação de Gregolin (2001) de que as questões referentes ao gênero advêm da posição do sujeito determinado pela história e por suas posições advindas de diferentes instituições sociais, identifica-se a existência e o drama constitutivos do sujeito. Assim, são analisadas produções discursivas acerca do homossexualismo, racismo e as “anomalias” genitais e sexuais explicitadas através da materialidade lingüística, de modo a evidenciar como a problematização de um ideário moral de bons costumes, e como a existência dele, leva as personagens a viver seus conflitos e dramas, e como são levados à exclusão social. Desta forma, este trabalho, apoiando-se, principalmente, nos estudos de Foucault a respeito das micro-lutas e dos micro-poderes, e em Hall, quando fala da diversidade de identidades que o sujeito pode ocupar em diferentes momentos, explicita que essa obra hilstiana constitui-se de uma desconstrução de dada moral socialmente edificante e/ou edificada, e revela contrastes referentes a importantes questões morais, políticas e sociais.

ABSTRACT

In this research it's analyzed Hilda Hilt's work *Bufólicas* in which through an interpretative-quantitative research, making use of concepts from French discourse analyses, reports to the discursive memory, highlighting the relation of this work with fables and traditional tales. From the study of these tales, by Bruno Bettelheim, whom highlights of the zones of good and evil mentioned, this paper shows the quest represented by the subject author of these discourses, Hilda Hilst, by using the image of the buffoon, ridicule the edifying moral present in the traditional tales, opposing through their re-elaboration, the dispersion of these characters into a discursive materialism that proposes the satire and the questioning of a social imposed moral. This way, the language employed by the subject author varies from an over detailed lexicon the general use of the language so current in our society. From the notice of Gregolin (2001) that questions concerned to gender come from the position of the subject determined by History and from its positions originated from different social institutions, identify the subject's existence and drama as an individual and social subject. Homosexuality and racism are analyzed and genitals and sexual 'anomalies' explained through this linguistic materialism, showing how the discussion of an ideal of morals and behaviors, and how its existence, drives the characters to live their conflicts and dramas, and how they are conducted to a social exclusion. Supported mainly by the studies of Foucault, related to the micro fights and micro-powers and also by Hall (2003), when mentions about diversity of identities, the subject can have, in different moments, this paper proposes, from this Hilst's work, not the edifying moral, but an engaged moral questioner of a discursive reality.

INTRODUÇÃO

A produção literária de Hilda Hilst compreende um arcabouço de mais de quarenta obras composto por narração, poesia e dramaturgia. Essa autora paulista começou suas publicações em 1950 e escreveu durante quase cinquenta anos. Em 1970, Anatol Rosenfeld, afirmava que:

É raro encontrar no Brasil e no mundo escritores, ainda mais neste tempo de especializações, que experimentam cultivar os três gêneros fundamentais da literatura – a poesia lírica, a dramaturgia e a prosa narrativa – alcançando resultados notáveis nos três campos. A este grupo pequeno pertence Hilda Hilst. (ROSENFELD, 1970 p.01).

Diante da frustração por saber que sempre escrevera bem e mesmo assim não conseguia atingir um público leitor maior, Hilda Hilst (HH) decidiu partir para uma produção literária erótico/obscena, conforme se comprova em entrevista aos *Cadernos de Literatura Brasileira*:

(...) Eu quis me alegrar um pouco. Eu tinha uma certa alegria sabendo que escrevia muito bem, mesmo não sendo lida. Mas de repente eu quis me alegrar. Comecei a sentir um afastamento completo de todo mundo. Eles nunca me liam, nunca. Então decidi fazer o livro [O caderno rosa de Lori Lamby, 1990].¹ (CADERNOS, 1999, p.29).

¹ HILST, Hilda em entrevista concedida aos *Cadernos* e seus colaboradores (Telê Ancona Lopez, Nelly Novaes Coelho, Millôr Fernandes e Jorge Coli) em 13 de setembro de 1999, na Casa do Sol, residência de HH situada nas proximidades de Campinas - SP.

O caderno rosa de Lori Lamby trata-se de uma produção dramatúrgica. Nela, são abordadas questões relativas à sexualidade de Lori, uma criança de oito anos que disserta, em seu caderninho rosa, suas fantasias sexuais. Nos dizeres de Fuentes:

Com *O Caderno Rosa de Lori Lamby*, a poeta, dramaturga e ficcionista Hilda Hilst não apenas nos confronta com a evidência embaraçosa da realidade sexual, mas nos faz transitar por esse desconhecido espaço com a naturalidade e humor que caracterizam os grandes autores (FUENTES, s/d).

O caderno rosa de Lori Lamby corresponde ao primeiro volume de uma série de quatro obras trabalhadas com um vocabulário de caráter obsceno (os outros são *Contos D'Escárnio/Textos Grotescos* (1990), *Cartas de um Sedutor* (1991) e *Bufólicas* (1992)), configurando-se em uma produção literária erótico/obscena.

Na verdade, quando HH assume o discurso erótico/obsceno em seus textos, adota uma formação discursiva determinada por formações ideológicas constitutivas do imaginário dos leitores.

Na obra *Bufólicas*, a autora usa a estrutura da fábula, parodiando os contos de fadas, ao mesmo tempo em que os desconstrói dando-lhes uma nova e inusitada moral que torna hilária a moral social do leitor, levando-o a repensar valores, cobranças e comportamentos sociais tidos como politicamente corretos em diferentes situações.

Bortone, ao falar sobre a linguagem do descentramento, destaca:

O poeta, por seu turno, será o excluído, em termos simbólicos, uma vez que seu discurso desestrutura a ordem social, ao romper com a tradição estatuída, e sua linguagem também será a do 'outro'. Esse 'outro' deve ser analisado sob três perspectivas: lingüística, psicanalítica e ideológica (BORTONE, 1999, p.12).

E assim, neste trabalho, pretendemos realizar um estudo da obra *Bufólicas* tentando associar aspectos lingüísticos, psicanalíticos, ideológicos e históricos que se encontram emaranhados na tessitura de seus poemas.

Ainda de acordo com Bortone (1999, p. 12), a paródia é o discurso do descentramento, porque leva o signo e a coisa significada a uma inversão e a um

deslocamento na representação e, desta forma, ela configura-se na linguagem do “outro”, transformando o real.

Na produção poética de HH, encontram-se personagens consagradas dos contos de fadas destituídas de um discurso moralizante e/ou edificador, ou seja, os valores morais comuns aos contos de fadas e às fábulas são recontextualizados nos poemas da autora, adquirindo uma nova “roupagem” discursiva, subvertendo, parodicamente, o sentido moralizante e instaurando um outro discurso.

Desse modo, HH contraria regras de conduta de uma sociedade “moralizada” e moralizadora como a nossa, ainda, usa tabus (ligados ao sexo), e não lança mão de eufemismos que poderiam “suavizar” seu texto. Ao contrário, atribui à obra um ar de pornografia e obscenidade ao utilizar um vocabulário impróprio ao padrão social aceito como moralizante, sem, contudo, abandonar um léxico que pode também ser tido como rebuscado e/ou lírico.

Referimo-nos às palavras colhidas na materialidade discursiva utilizadas e constituídas num imaginário popular, tais como os jargões para a palavra vagina, que, em *Bufólicas*, é tratada *como passarinha, monte, meios, gruta, choca preta, xereca, cona*; para a palavra pênis são usadas *pinto, peroba, bronha, mastruço, ganso, pau, bagos, nabo, bastão, cacete* e ainda para a palavra ânus são utilizadas *buraco, buraco negro, buraco fundo, cu, cuzaço, coruja, rodela*; ao mesmo tempo em que trabalha com palavras rebuscadas como ósculos, azáfama, átimo, entre outras.

Assim, HH, de sua posição de autora, procura assumir o discurso popular, na busca de se tornar conhecida, famosa, lida. Entretanto, vai muito além da operacionalização de discursos populares, uma vez que os associa ao seu conhecimento literário, subverte a moral dos contos de fadas e da fábula e, ao mesmo tempo, aborda o

inconsciente e o imaginário coletivo sobre a moral, a idealização da temática e das idéias calcadas naqueles gêneros literários.

Não obstante, Pécora, no prefácio de *Bufólicas*, atesta:

Todos esses livros [da fase erótica] estão longe da literatura pornográfica banal e recolhem verdadeiras gemas da matéria baixa, como antes fizeram em língua portuguesa, autores excelentes como Gregório de Matos, Tomás Pinto Brandão, Bocage, Nicolau Tolentino, Bernardo Guimarães etc. (PÉCORA, 2002, p.08).

Essa “irreverência” de Hilda Hilst gera a dessacralização da fábula e do conto de fadas, o que pode ser considerado como uma característica da apropriação que a poeta faz das obras anteriores ao reproduzi-las de forma satírica.

Nessas considerações, trabalharemos com os elementos interdiscursivos com os quais Hilda Hilst constrói a “nova fábula”, ou o “novo conto de fadas” e, ao mesmo tempo, como desconstrói, pela paródia, a fábula ou o conto antigo. Nesta análise, procuraremos verificar como o discurso poético de *Bufólicas* instaura esse conflito de vozes e quais os efeitos de sentido produzidos nos poemas da autora em questão.

Em nosso *corpus* de análise, podemos identificar um sujeito “narrador” de histórias inusitadas, e conselheiro que dialoga com o leitor. Contudo, nem sujeito “narrador”, nem leitor, encontram-se sozinhos nesse contexto, porque a cada história contada, a cada personagem “evocada”, emerge, na materialização discursiva, uma interdiscursividade, remetendo-nos à memória discursiva que, por sua vez, não pode ser concebida sem uma contextualização histórica.

E assim, com o sujeito altamente influenciado por aspectos históricos que lhe são transmitidos através de uma memória social discursiva, e, suas formações discursivas têm uma base social e histórica, cada estruturação do discurso compreende a materialidade de uma dada memória social que, por sua vez, apresenta-se como implícitos. E é em busca de tais implícitos que partimos. Envolvidos por um arcabouço teórico da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, saímos à procura da elucidação dos sentidos que revestem a obra *Bufólicas*.

Diante de tais considerações, dividimos nosso trabalho em quatro capítulos. Os dois primeiros referem-se a discussões teóricas. Neles, procuramos situarmo-nos nos parâmetros da AD, momento em que discutimos e traçamos o embasamento teórico que subjaz à análise.

No capítulo I, trabalhamos conceitos que envolvem a língua, a memória e a história, portanto, é nesse momento que pontuamos, além desses conceitos, as noções de discurso, sujeito, formação discursiva (FD) e sentido.

O capítulo II foi reservado para uma discussão sobre o interdiscurso, abordando questões referentes à memória e à história.

No capítulo III, organizado em duas partes, fazemos, primeiramente, breves pontuações a respeito dos contos de fadas (CF), o que é imprescindível para se verificar como há a dessacralização de discursos na obra estudada e, na segunda parte, procederemos à análise de *Bufólicas*, procurando evidenciar enunciações e deslocamentos de sentido aí materializados. Para isso, fizemos recortes temáticos que perpassam toda a obra, como o homossexualismo, as “anomalias” genitais e sexuais, a discriminação social e, finalmente, a produção de outros efeitos de sentido.

Finalmente, as Considerações Finais do trabalho sintetizarão os aspectos mais relevantes e estabelecerão algumas generalizações, a partir da análise realizada.

Nos Anexos, colocamos, na íntegra, os poemas de *Bufólicas* para que o leitor deste trabalho possa se situar e situar sua leitura, a partir de uma visão geral e específica da referida obra.

CAPÍTULO I

LÍNGUA, MEMÓRIA, HISTÓRIA:

A Constituição do sujeito e a produção de sentidos nas práticas discursivas.

Este capítulo destina-se à apresentação dos pressupostos teóricos que subsidiam a análise do *corpus* desta pesquisa. Seguindo os estudos da Análise do Discurso, focalizaremos os conceitos de língua, discurso, sujeito, sentido, formação discursiva, subjetividade e identidade, com base, no trabalho de teóricos como Pêcheux (1990 e 1997), Foucault (1992, 2000 e 2002), Bakhtin (1988), Pierre Achard (1999), Courtine (1999), White (1994), Robin (1997), Authier-Revuz (1990), Orlandi (2001 e 2002), Gregolin (de 2000 a 2004), entre outros.

Esses conceitos encontram-se interligados, compondo um complexo emaranhado teórico. Desvinculá-los é tarefa difícil, uma vez que cada qual é pressuposto para se abordar os demais. Contudo, apresentamos uma divisão meramente didática, a partir da qual passaremos a explicitá-los.

1.1 – A Língua – meio de significação

Os estudos lingüísticos, de uma maneira geral, apreendem a língua(gem) sob perspectivas variadas e, às vezes, divergentes. Assim, encontram-se estudos que se ocupam desde a superfície gramatical dos textos, seja da ordem da sintaxe, da semântica, da morfologia, da fonologia, enfim, que nem sempre propiciam uma discussão aprofundada no sentido de apreender, como próprios da língua, elementos que se encontram em sua exterioridade. Nas palavras de Régine Robin, “as noções de aceitabilidade, de gramaticalidade, norma sintática e fonologia vacilam. Daí a necessidade de uma teoria do discurso...” (ROBIN, 1997, p. 88).

Essa preocupação ecoa de em Mikhail Bakhtin, um outro teórico de grande significação para a ciência da linguagem, segundo o qual, a verdadeira substância da língua é constituída pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações* (BAKHTIN, 1988, p. 123 – grifo do autor).

Segundo Bakhtin, a língua existe como sistema de normas, numa *corrente evolutiva ininterrupta*, por meio da consciência individual dos sujeitos e a partir do ponto de vista desta (idem, p. 98 – grifo nosso), sendo assim, para o locutor, o que importa é “aquilo que permite que a forma lingüística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada” (idem, p. 92-93).

E como atestado por M. Pêcheux, *apud* Régine Robin,

é necessário enfim precisar que a relação de articulação dos processos sobre base lingüística tornou-se possível pela existência, no interior desta base, de mecanismos resumidos pelo termo ‘enunciação’², pelo qual se efetua a tomada de posição do ‘sujeito falante’, em relação às representações de que é suporte” (ROBIN, 1997, p. 90)”.²

² Régine Robin aborda a enunciação como a intervenção do sujeito falante no seu texto, fazendo parte do mesmo por meio das marcas, pronomes pessoais, adjetivos avaliativos, tempos e modos, bem como as seleções léxicas, permitindo, assim, o processo de produção do discurso (ROBIN, 1997, p. 90).

Reportemo-nos novamente a Bakhtin, que trabalha o conceito de enunciação de forma a perceber nela a atuação do sujeito, enquanto individual, mas inserido em uma coletividade, o que garante, portanto, que cada sujeito falante se posicione enquanto indivíduo, mas perpassado pelas condições sociais a que está submetido e pelas quais é constituído. Para ele,

A enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade lingüística (BAKHTIN, 1988, p.121).

Dessa forma, considerando que a língua inter-relaciona-se, constitutivamente, com elementos heterogêneos próprios à realidade sociocultural, na qual o sujeito está imerso e que esse sujeito é determinado histórica e ideologicamente, nosso trabalho deve contemplar as condições de uso da língua, considerando sua exterioridade.

Nesse sentido, não confinamos nossos estudos ao que diz respeito somente à interioridade lingüística, àquilo que lhe é intrínseco, porque, o sujeito falante, considerado como ser social, influenciado histórica, e, sobretudo culturalmente, será interpelado por condições, situações práticas e ideológicas, que adquirirão vozes na voz daquele sujeito falante. Portanto, a enunciação será visualizada não apenas na sua interioridade estrutural, mas em seu complexo constituidor que pressupõe elementos que são exteriores ao texto, elementos que perpassam a constituição do sujeito, sua constituição enquanto ser histórico e sociocultural. Como atestado por Fernandes,

(...) precisamos sair da materialidade lingüística para compreendê-la em sua exterioridade, no social, espaço em que o lingüístico, o histórico e o ideológico coexistem em uma relação de implicância, compreendidos como discursos (exterioridade à langue e à parole) (FERNANDES, 2003, p.37).

Portanto, buscaremos elementos exteriores à materialidade lingüística, espaços epistemológicos advindos de outras áreas das ciências, como a Psicanálise e a História, que contribuirão para a análise que pretendemos realizar.

Ao delimitarmos os princípios epistemológicos, achamos necessário trazer ao palco de discussões – considerando nossa circunscrição acadêmica –, o conceito de língua que subjaz a nossa postura política: comungamos com Orlandi (2001), quando concebe a língua como um instrumento simbólico pelo qual o homem é capaz de significar e significar-se, como parte do trabalho social constituidor do homem e da sua história. E, para tal, encontramos na AD de linha francesa, o arcabouço teórico que contempla esse vislumbrar.

Para Orlandi:

[a AD] não trabalha com os textos, apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade (2001, p. 18).

A AD de linha francesa tem como precursor Michel Pêcheux e as bases teóricas desse trabalho estão alicerçadas nas discussões feitas por ele, abordando temas vinculados ao sujeito, à história e à memória, numa teoria do discurso. Passemos então, a discutir o conceito de discurso que subjaz tal teoria.

1.2 – O Discurso – conceito que implica prática

O conceito de discurso que utilizamos foi desenvolvido por Michel Foucault que o concebe como uma prática do homem em sociedade. Clivado pelo consciente e inconsciente, movido pelo desejo, o sujeito constitui-se enquanto tal, determinado e determinando práticas discursivas que provém da “formação dos saberes e a necessidade de sua articulação com outras práticas não discursivas” (GREGOLIN, 2001-b, p. 14).

Nos dizeres de Foucault, o discurso não é somente a manifestação ou ocultação do desejo, mas também aquilo que é o objeto do desejo, ou seja, ele abarca e denota as lutas, os

sistemas de dominação, aquilo de que nos queremos apoderar ou nos livrar (FOUCAULT, 2000, p. 10).

Não obstante, Michel Pêcheux (1997, p.91) trata desse conceito, abordando-o como um processo que se desenvolve na base das leis internas do sistema lingüístico (conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas). Segundo esse autor, o discurso varia de acordo com a posição política e ideológica assumida pelo sujeito, ao fazer uso do código lingüístico. Ele argumenta que:

O sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que (...) os processos ideológicos simulam os processos científicos (PÊCHEUX, 1997, p.91).

Nesse sentido, fazemos uso das palavras de Fernandes (2004), quando diz:

o discurso não é a língua e nem a fala, mas, como uma exterioridade, implica-as para a sua existência material; realiza-se por meio de uma materialidade lingüística, cuja possibilidade firma-se em um, ou vários sistemas estruturalmente elaborados. Como o discurso encontra-se na exterioridade, no seio da vida social, necessita-se romper as estruturas lingüísticas, para se chegar a ele. É preciso sair do especificamente lingüístico, levando-o a outros espaços, para procurar descobrir, descortinar, o que está entre a *langue* e a *parole*, fora delas, ou seja, para compreender de que se constitui essa exterioridade a que se denomina discurso (FERNANDES, 2004, p. 45).

Como visto, Pêcheux opõe o conceito de *discursividade* ao de *fala* ou *parole* (que corresponde à maneira individual de utilização da língua) portanto; o processo de discursividade recoloca em seu lugar (idealista) a noção de fala. E reafirmando, Pêcheux ainda salienta: “a língua não é uma superestrutura” e (...) ela não se divide segundo as estruturas das classes em “língua de classes”, com suas próprias “gramáticas de classes” (PÊCHEUX, 1997, p. 92).

Daí, podemos perceber a produção e a circulação do discurso, numa dada sociedade, intrinsecamente marcadas pela atuação dos sujeitos, a partir dos lugares que ocupam e do espaço que lhes pertence. Temos, portanto como exterioridade à língua os conflitos próprios à existência de tudo que tem vida social (FERNANDES, 2004, p. 46).

Dessa forma, o sujeito não pode ser vislumbrado como um ser único, que pensa, que conhece e que o diz (FOULCAUT, 2002, p. 61-62), uma vez que é perpassado por vários outros sujeitos e pelo desejo. A manifestação do discurso é determinada por uma dispersão e descontinuidade do sujeito com relação a si mesmo e configura-se num espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos.

Não obstante, o meio em que o sujeito se encontra possui leis sociais, culturais, políticas, históricas, éticas. Nesse sentido, é preciso que verifiquemos as condições em que o discurso é produzido, porque nem tudo pode e/ou deve ser dito, o discurso estará sempre sob o comando dessas leis. Foucault alega:

que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2000, p. 08-09).

Portanto, onde estaria a unidade discursiva buscada por Foucault? Para Régine Robin, ela não é da ordem do formal ou retórico e não se encontra no universo científico ou pseudocientífico, nem mesmo tem denotação especial na figura do tema ou do autor, porque ela não se encontra no próprio discurso, mas nas *condições de possibilidades* do discurso, porque são antes elas, as *formações discursivas* que interessam a M. Foucault, pois as mesmas estão inscritas no discurso (ROBIN, 1997, p.93 – grifo da autora).

Gregolin (2001-b) também, faz uma reflexão em torno das idéias foucaultianas, reafirmando sua importância para o desenvolvimento da AD. Segundo a autora, a noção de discurso em *A Arqueologia do Saber* e n' *A Ordem do Discurso* passa pela:

concepção de discurso como uma prática que provém dos saberes e a necessidade de sua articulação com outras práticas não discursivas; (...) como um jogo estratégico e polêmico (dominação, luta, esQUIVA etc.), um espaço em que saber e poder se articulam (quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente); (GREGOLIN, 2001-b, p. 14 – grifo da autora).

Haveria assim, uma regulação da prática discursiva, que se daria a partir das regras estabelecidas socialmente. A respeito da *prática discursiva*, Foucault (2002, p. 136) a define como um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e

no espaço, que definiram, numa dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa”.

Sob esse enfoque, o discurso diferencia-se da materialidade da língua, apesar de se constituir por meio dela. Portanto, não nos propomos, aqui, a fazer um estudo da estrutura lingüística de nosso *corpus*, mas a analisar os sentidos produzidos pela sua materialização, porque os estudos discursivos visam a pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem e o elemento lingüístico configura-se como um pressuposto, pelo qual o discurso apresenta-se-nos como um objeto sócio-histórico (Orlandi, 2001).

Como alertado anteriormente, os conceitos com os quais estamos trabalhando, encontram-se altamente imbricados, numa relação de dependência e influência, assim, antes de passarmos à discussão sobre as formações discursivas, voltemos nossa atenção ao sujeito, vejamos como esse conceito é vislumbrado nos moldes teóricos da AD.

1.3 – O Sujeito

Trabalhadas as noções de discurso, podemos perceber que a ele subjaz o conceito de sujeito, e toda sua complexidade, como ser histórico, político, social, cultural. Temos, pois, que o sujeito circunscreve-se na *ordem do discurso*³, por suas anterioridades discursivas, suas vinculações (formação social, envolvimento no discurso e hierarquia de poder), suas implicaturas (elementos de *regulação* – regentes da ordem do discurso –, de *captação* – provenientes do âmbito histórico – e de *legitimação* – o sujeito se circunscreve à

³ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000. 79p.

situação que lhe é colocada) e sua regulação (o sujeito se posiciona na hierarquia de poder que lhe é exterior) (FOUCAULT, 2000, *passim*).

Para Orlandi (2001), é a partir da circunscrição histórica, social e lingüística do sujeito que o discurso adquire sentidos, é a partir dos processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. que os significados se constroem ou não. Nesse contexto, Consoante com Pêcheux, ela apresenta o discurso como *efeito de sentidos entre locutores*.

No interior da materialidade lingüística, somos conduzidos à leitura de vestígios provenientes de seu exterior, mas, que, no entanto, encontram-se, aí, aspersos com maior ou menor intensidade, não obstante, sempre se remetendo a alhures, conferindo ao texto um caráter de significações diversas, as quais, por sua vez, serão interpretadas de acordo com a circunscrição sócio-política e histórica do sujeito.

Dessa forma, levando em consideração que o sujeito está imerso numa conjuntura sociocultural, determinada histórica e ideologicamente, o vínculo entre o discurso e as práticas do sujeito, quando se relaciona com o outro e consigo mesmo, pode ser verificado na materialidade lingüística. Afirmamos isso baseados em Authier-Revuz (1990), que, com um trabalho respaldado no exterior lingüístico – mas sem se confundir com ele – elabora o conceito das heterogeneidades enunciativas⁴. Para a autora,

As palavras são, sempre e inevitavelmente, “palavras dos outros”: esta intuição atravessa as análises do plurilingüismo e dos jogos de fronteiras constitutivas aos “falares sociais”, das formas lingüísticas e discursivas do hibridismo, da bivocalidade que permitem a representação no discurso do discurso do outro, gêneros literários, manifestando uma “consciência galileana da linguagem”, um rir carnavalesco, um romance polifônico (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26-27).

⁴ Para abordá-las, Authier-Revuz busca no filósofo M. Bakhtin o conceito de dialogismo, segundo o qual o discurso é tratado como um espaço permeado por várias vozes, configurando-se, portanto, num processo de interpenetração de vozes que ocorrem num mesmo discurso. Segundo este autor, o discurso é “orientado sobre o seu objeto, ele penetra neste meio de palavras estranhas, agitado por diálogos e por palavras, insinua-se em suas interações complicadas, funde-se com umas, destaca-se de outras, cruza-se com outras” (Bakhtin, apud Authier-Revuz, 1982, p.20).

Para Authier-Revuz, há a *heterogeneidade mostrada* e a *constitutiva*. Na heterogeneidade mostrada, a projeção do outro deixa se revelar no discurso por meio de sinais de “superfície”: aspas, parênteses, itálico, a paródia, o pastiche, a imitação, a ironia, o discurso relatado (a alteridade é explicitada na subjetividade). Já a heterogeneidade constitutiva mostraria o funcionamento real do discurso, ou seja, na concepção bakhtiniana de linguagem todo discurso é dialógico por natureza, portanto, ela seria a expressão de interdiscursos.

Para a compreensão de interdiscursos faz-se necessário à AD buscar reflexões em outros campos do saber, que podem ser associados à lingüística. Segundo Michel Pêcheux (1997), o sujeito discursivo se constitui a partir da interpelação ideológica. Para tal afirmação, esse autor refere-se aos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) e parte da interpretação da primeira tópica freudiana (na qual os lugares psíquicos são apresentados como consciente, pré-consciente e inconsciente). Trata-se de dois *esquecimentos*: a) o esquecimento número 2,

pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação à paráfrase – um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada (PÊCHEUX, 1997, p. 173).

e b) o esquecimento número 1, que é concebido a partir do inconsciente,

que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento n.º1 remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão (idem – grifo do autor).

Assim, pelo esquecimento número 2, o sujeito tem suas possibilidades discursivas determinadas por séries parafrásticas, as quais ele seleciona na formação discursiva em que se encontra, acreditando, portanto, ser o mestre absoluto de seu dizer; e no esquecimento número 1, ele cria a ilusão de ser a fonte de seu dizer.

Dando continuidade a esta visão de Pêcheux e ao mesmo tempo reelaborando-a, são observadas nas releituras de Freud por Lacan (cf. AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28), questões que envolvem o sujeito. A partir desses teóricos da Psicanálise, que concebem o sujeito como um ser dividido, clivado, descentrado, uma vez que este não possui um centro fora da ilusão e do fantasmagórico (ou seja, o sujeito, ao se autodesconhecer, é levado a construir uma imagem de si próprio como um sujeito autônomo, independente do outro), pode-se afirmar que o sujeito constitui-se a partir do outro, havendo, portanto, uma interiorização da exterioridade.

Seguindo as mesmas orientações desses teóricos, o sujeito, no entanto, apaga seu caráter clivado e, por meio de uma ilusão necessária de ser autônomo, independente da exterioridade, constrói, assim, a ilusão de ser o centro de seu dizer. Contudo, como o sujeito é perpassado pelo inconsciente, emergirão em sua fala indícios do discurso do outro.

Diante do complexo conjunto que compõe o sujeito, devemos também concebê-lo a partir dos espaços ocupados por ele numa dada sociedade. Falamos da circunscrição do sujeito que, inevitavelmente, ocupa um lugar sócio-político, cultural e histórico. E, é por isso que o conceito de ideologia é trazido para o arcabouço teórico da Análise do discurso.

Régine Robin (1997, p. 122), a partir da discussão de Althusser (1970), sobre os AIE, faz duas considerações a respeito da interpelação do sujeito pela ideologia no interior dos AIE, segundo as quais, ele passa a assumir uma dupla modalidade: a) o sujeito é colocado em relação a outros sujeitos – o que lhe garante uma ‘lembrança’ das reais relações de classe e b) há uma tendência à eliminação da colocação do sujeito-suporte nas relações sociais – o que possui um caráter ideológico, ao acontecer na linguagem do universal.

Contudo, esses sujeitos-suportes continuam em atividade por meio de intervenções ideológicas que acontecem em uma base lingüística, ou seja, por meio da enunciação relativa ao pré-construído. Nas palavras de Robin, há

um funcionamento através do qual o sujeito esquece (dissimula-se a si próprio e aos outros) a posição que ocupa; a asserção é então governada diretamente pelos conteúdos inasseridos, pré-construídos que ela tem por simples função atualizar (a retomada espontânea, no discurso, da sabedoria das nações; do bom senso das evidências, etc.); e um funcionamento pelo qual a posição (assinalada ao sujeito pelo modo de produção através de um jogo complexo de determinações) é revocada, seja para reafirmar o caráter natural de distribuição dos lugares (“cada um no seu lugar e todos terão seu quinhão”) seja para denunciar a universalidade aparente do discurso, o esquecimento da colocação ou o caráter natural da distribuição (ROBIN, 1997, p. 122).

Portanto, comungamos com Possenti, quando afirma:

Os sujeitos são integralmente sociais e históricos e integralmente individuais; (...) cada discurso é integralmente histórico e social e integralmente pessoal e circunstancial (...); cada discurso é integralmente interdiscurso e relativo a um mundo exterior (...); cada discurso é integralmente ideológico e/ou inconsciente e integralmente cooperativo e interpessoal (...); o falante sabe (integralmente?) o que está dizendo e ilude-se (integralmente?) se pensar que sabe o que diz (ou que só diz o que quer); (POSSENTI, 1996, p. 42-43).

Nesse ínterim, Possenti (1996, *passim*) reúne elementos de princípios contraditórios de teóricos diferentes (como Lacan, Althusser, entre outros) quando fazem referência ao sujeito como ser assujeitado seja por não saber o que diz em virtude de não saber o que é, seja por sua interpelação pela ideologia⁵, ou pela idéia de tudo já ter sido dito, porque todo discurso é um interdiscurso; bem como por fazerem afirmações repudiando um sujeito psicológico ou ativo e responsável.

Dessa forma, Possenti, sem abandonar os princípios da AD, admite o sujeito como sendo reproduzidor, mas também produtor de subjetividades; e, portanto, relativiza cada um daqueles princípios, sem abrir mão de nenhum deles.

⁵ Para Žižek (1996, p. 13-14), no “espaço ideológico propriamente dito no momento em que esse conteúdo – ‘verdadeiro’ ou ‘falso’ (se verdadeiro, tanto melhor para o efeito ideológico) – é funcional com respeito a alguma relação de dominação social (‘poder’, ‘exploração’) de maneira intrinsecamente não transparente: *para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta*. Em outras palavras, o ponto de partida da crítica da ideologia tem que ser o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil *mentir sob o disfarce da verdade*”.

Com isso, Possenti aproxima-se de Pêcheux (1997, *passim*) em *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*⁶, momento em que faz uma revisão de sua obra e conclui que o sujeito não é totalmente assujeitado pela ideologia – conforme fora sugerido por Althusser (1970) n’*Os Aparelhos Ideológicos do Estado* –, afirmando: “o que está inadequado, aqui, em referência ao marxismo-leninismo é o retorno idealista de um primado da teoria sobre a prática” (PÊCHEUX, 1997, p. 299) e mais adiante considera:

Origem não-detectável da resistência e da revolta: formas de aparição fugidias de alguma coisa ‘de uma outra ordem’, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio (idem, p. 301 – grifos nossos).

Essas *formas de aparição fugidias* geradoras das resistências e revoltas são formas de posicionamento do sujeito, formas de subjetividade, pelas quais, mesmo imerso numa determinada conjuntura ideológica, ele (o sujeito) consegue diferenciar-se do sujeito completamente assujeitado, proposto por Althusser.

Ao refletir sobre o sujeito devemos apreendê-lo nas sociedades modernas considerando as transformações significativas que as caracterizam. Desde as últimas décadas do século XX, com movimentos sociais envolvendo culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas, nacionais, os indivíduos consideram-se pertencentes a uma ou várias dessas culturas, ocorrendo, assim, sua circunscrição em uma ou várias dessas correntes. Esse fato, de identificação do sujeito com várias correntes, leva-o a um “deslocamento” ou “descentramento”, o que se configura como uma “crise de identidade” (HALL, 2003, p.08-09).

Nesse sentido, não podemos mais considerar o sujeito como o sujeito cartesiano, próprio do Iluminismo (idem, p.10), quando se concebia o homem como um ser unificado, nem mesmo o sujeito sociológico (HALL, 2003, p. 11), concebido na sociedade

⁶ Esse texto está num anexo da edição brasileira de *Les vérités de la Palice* (1975): *Semântica e discurso* (1997). Nele, Pêcheux faz uma retomada de seu trabalho, discordando de si mesmo, quando comungava com Althusser sobre o completo assujeitamento do sujeito por meio da ideologia.

moderna, quando o homem adquiria importância estando inserido em uma coletividade, um grupo de pessoas com o qual se identificava e, juntos, tinham interesses comuns. Desde as últimas décadas do século XX, na chamada sociedade pós-moderna, o sujeito não mais se encaixa em um único grupo, pelo contrário, ocorrem identificações diversas do sujeito com vários grupos a um só tempo. Nas palavras de Stuart Hall,

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas (...) à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2003, p. 12).

É nesse contexto sociocultural e histórico que nosso *corpus* se inscreve. E é essa a concepção de sujeito e subjetividade com que trabalhamos. Evidentemente, não desconsideramos a interpelação ideológica do sujeito, mas não podemos comungar com Althusser no que se refere ao completo assujeitamento do indivíduo, pois num processo dialético, o homem constrói a história e sua subjetividade não está alheia a isso, se foi possível pensar o sujeito naquele momento histórico, hoje não mais o podemos conceber daquela maneira, é preciso considerar as movências sociais e culturais nas quais o sujeito se circunscreve. E é dessa forma, que pensamos o(s) sujeito(s) discursivo(s) materializado(s) em nosso *corpus*.

1.4 – Formação Discursiva e as noções de Sentido

Conforme mencionado anteriormente, chegamos mais uma vez a um ponto de intercessão entre os conceitos tratados. Nesse momento, depois das referências feitas à língua, ao discurso e ao sujeito, somos levados, nessa centrífuga teórica (e por que não prática?) a tratar especificamente do conceito de formação discursiva (FD) e da noção de sentido.

Para isso, retornemos ao sujeito concebido enquanto ser sociocultural, político e histórico, clivado pela ideologia. Esses são elementos indissociáveis que perpassam cada enunciado proferido pelo sujeito. Como sabemos, é através da linguagem que o sujeito se socializa e se constitui enquanto tal. Nos dizeres de Orlandi (2001, p.17), “o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos”.

Nesse sentido, os discursos – “conjunto de enunciados que se apóiam em um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 2002, p.124) –, estão associados à práxis humana e por isso mesmo, não são estanques ou imutáveis, pois se configuram num processo dialético, o mesmo processo que cerceia a vida do homem em sociedade. Nesse ínterim, Foucault aborda a formação discursiva como um “princípio de dispersão e de repartição dos enunciados”.

E dessa forma, buscando essa “dispersão” e “repartição dos enunciados”, é que procuramos visualizar o material lingüístico que temos como *corpus* de pesquisa. Bakhtin (apud Fernandes, 2004) afirma que o sujeito discursivo, constitui-se na/pela interação social, a partir do que devemos considerar as tensões, os conflitos socioideológicos próprios da vida social, portanto, como dito anteriormente, o sujeito não é uno, é polifônico e ocupa diferentes

posições sociais, marcadas pela história, pela cultura, pela ideologia. E esse aspecto de multideterminação, pode ser constatado nos discursos produzidos.

Portanto, em uma formação discursiva há uma série de outras formulações, de enunciações dispersas que se repetem, parafraseiam-se e transformam-se, pois a cada formação discursiva subjazem outras que podem, até mesmo, ser “tendencialmente antagônicas” (PÊCHEUX & GADET, 1997, apud GREGOLIN, 2001-b, p. 12). Nos dizeres de Foucault:

Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva – e perdida no passado (...) – o enunciado, ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, em operações estratégicas onde sua identidade se mantém ou se apaga (FOUCAULT, 2002, p. 121).

De acordo com Gregolin (2001-a, p. 118), o discurso configura-se como um dos aspectos da materialidade ideológica e, por isso, o sujeito somente irá reconhecê-lo, ou identificá-lo, a partir de sua circunscrição numa determinada FD, uma vez que, tanto destinador quanto destinatário estão imersos numa dada formação social perpassada por valores ideológicos. E, nesse sentido, o discurso terá seus efeitos de sentido reconhecidos, a partir dos lugares que aqueles sujeitos se atribuem mutuamente.

Por outro lado, assim como os sujeitos discursivos não estão sozinhos, ou não são únicos, também não o são os enunciados. E esse fato faz com que os sentidos associados à determinada materialidade lingüística, não sejam uniformes ou transparentes, pois a determinada enunciação, estão associadas outras enunciações previamente formuladas (POSSENTI, 2002, p. 177).

Assim, reportemo-nos a Pêcheux quando aborda a FD afirmando que ela:

não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de ‘preconstruídos’ e de ‘discursos transversos’) (PÊCHEUX, 1990-a, p. 314).

Para Brandão (1995, p.76), “ao fazer a remissão a outro(s) discurso(s), o sujeito recorre a elementos elaborados alhures os quais, intervindo sub-repticiamente, criam um efeito de evidência que suscita a adesão de seu auditório”.

Não obstante, o sujeito, como tratado no tópico anterior, não é o dono de seu dizer, porque os indivíduos são “interpelados” em sujeitos discursivos pelas FDs e isso pode ser explicado nas palavras de Pêcheux quando define formação discursiva como

Aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 1997 p. 160 – grifo do autor).

Temos, portanto, que não é qualquer discurso que pode ser reconhecido, porque, para isso, é necessário que o sujeito identifique o sentido dos enunciados, fato que ocorrerá em dependência da circunscrição de cada um dos sujeitos envolvidos na interação verbal. Destarte, as materialidades discursivas terão efeitos de sentido variados conforme os interlocutores.

É esse o espaço do *interdiscurso* através do qual há, sob a materialização da língua, aspectos que lhe são exteriores e anteriores concebidos na existência histórica e material das ideologias.

Isto posto, inferimos que o sujeito cria, reproduz e desloca enunciações de acordo com as condições sociais e históricas determinadas. É por meio das práticas discursivas dos sujeitos, que ocorrem conflitos históricos e sociais, e é nestas práticas que o sujeito se posiciona, ocorrendo assim diferenciados efeitos de sentido.

De acordo com Possenti, a partir de

uma história que considere os conflitos é a única forma de explicar as múltiplas significações “veiculadas” pela mesma língua: exatamente porque a enunciação do mesmo material verbal em condições diversas produz diversos efeitos, a condição diversa fundamental é a diversa posição de classe ou grupo dos enunciadores (POSSENTI, 2002, p.176).

E ainda seguindo a idéia de que nem tudo pode ou deve ser dito em determinadas circunstâncias ou local, de acordo com Foucault (2000, *passim*), n' *A Ordem do Discurso*, há diversos sistemas de controle das palavras, entre os quais ele cita três: a) controles externos ao discurso (a interdição, a segregação e a vontade de verdade); b) controles internos (como o comentário, o autor, as disciplinas) e c) a rarefação dos sujeitos (rituais da palavra, sociedades de discursos, doutrinas e apropriações sociais).

Nesse sentido, Gregolin (2001-a, p.17) afirma que “esses controles mostram que aquilo que é efetivamente dito não provém de um tesouro infinito de significações, mas de condições de possibilidades específicas”. Por isso, a memória tem um importante papel na produção e circulação dos discursos, porque, como pontua Foucault (2002), todo dizer é um *já-dito* e, ao mesmo tempo, um *jamais dito*. E Brait, ao abordar o discurso numa ótica bakhtiniana, salienta:

A idéia do diálogo, enquanto estrutura enunciativa e enquanto forma dialógica constitutiva da existência das atividades de linguagem, atravessa o campo de visão e desdobra as possibilidades do ver, incluindo incessantemente a história e a memória na cena de produção de sentidos e de seus efeitos (BRAIT, 2001, p. 34).

Assim, as diferentes idéias que circulam numa dada sociedade, numa determinada época, circulam por meio dos enunciados; e os sentidos que elas adquirem, ou seja, os efeitos de sentido por elas produzidos, não se encontram exatamente nas palavras, mas nas condições específicas de sua produção. Nas palavras de Possenti:

O sentido é um efeito de sentido porque resulta de uma enunciação (e não, simplesmente, dos signos, das palavras, dos enunciados, ou seja, da língua). O sentido não é apenas a contraparte do significante; ele é um efeito do aparecimento do significante em condições dadas. (...) ele é para a AD (...) um efeito da enunciação do significante em situações históricas mais ou menos precisas (POSSENTI, 2002, p. 172).

Diante dessas considerações, remetemo-nos a discussões sobre a memória e a história que nos conduzirão a diferentes e possíveis leituras do interdiscurso na obra *Bufólicas*, de Hilda Hilst..

CAPÍTULO II

Interdiscurso: O Papel da Memória e da História na(s) sua(s) leitura(s)

Conforme citado anteriormente, a memória configura-se em um dos pilares em que assentamos este trabalho, pois, para a visualização da exterioridade lingüística é imprescindível que abordemos o interdiscurso materializado na enunciação. Portanto, procuramos trabalhar esse conceito tanto no que se refere à Lingüística, quanto à História, haja vista a existência de pontos de interseção entre as mesmas.

Nesse sentido, começamos com uma afirmação de Courtine (1999), associando o interdiscurso à memória:

Pensar o assujeitamento do sujeito falante na ordem do discurso é necessariamente dissociar e articular dois níveis de descrição: 1) o nível da enunciação por um sujeito enunciador em uma situação de enunciação dada (o 'eu', o 'aqui' e o 'agora' dos discursos); 2) o nível do enunciado, no qual se verá, num espaço vertical, estratificado e desnivelado dos discursos, que eu chamaria interdiscurso; séries de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas em formas lingüísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraçando-se, opondo-se entre si, transformando-se...). É nesse espaço interdiscursivo, que se poderia denominar, seguindo M. Foucault, domínio de memória, que constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciador na formação dos enunciados 'preconstruídos' de que sua enunciação apropria-se (grifo do autor) (COURTINE, 1999, p. 18).

Contudo, os elementos interdiscursivos, na materialidade discursiva, são dissimulados por ideologias que perpassam os sujeitos. A esse respeito, Gregolin (2001-b, p.

19), a partir de estudos sobre *Les vérités de la Palice*, cita Pêcheux afirmando que o interdiscurso, no seu intrincamento com o complexo das formações ideológicas, fornece a cada sujeito sua realidade enquanto um sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-sabidas. Para a autora, o interdiscurso determina o sujeito impondo-dissimulando seu assujeitamento sob a aparência da autonomia.

Dessa forma, ocorre a ratificação das idéias de que “o ideológico fala pelo sujeito e de que ele é assujeitado às falas ideológicas que lhe pré-existem (todo sujeito é **obrigado...**)” (idem, p.23 – grifo da autora). O que nos leva a entender que, na presença do interdiscurso, o sujeito não registra suas marcas individuais, porque aquilo que lhe subjaz é parte da memória discursiva e o que lhe é apresentado é uma voz sem nome (COURTINE, 1999, p.18), de domínio da coletividade e, portanto, historicamente determinado.

Assim, a memória discursiva efetivada pelo imaginário social, é responsável pela emersão de interdiscursos. Na *Introdução à Análise do discurso*, Brandão alega:

É a memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas. É ela que permite, na rede de formulações que constitui o intradiscurso de uma FD [formação discursiva], o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes a formações discursivas historicamente contíguas. Não se trata, portanto, de uma memória psicológica, mas de uma memória que supõe o enunciado inscrito na história (BRANDÃO, 1995, p. 76-77).

e, nesse ínterim, Courtine atesta não haver

sujeito no interdiscurso, a não ser para designar um lugar propriamente inominável; o que se vê funcionar, em revanche, são posições de sujeito que regulam o próprio ato de enunciação: o interdiscurso, sabe-se, fornece, sob a forma de citação, recitação ou preconstruído, os objetos do discurso em que a enunciação se sustenta ao mesmo tempo em que organiza a identificação enunciativa (através do regramento das marcas pessoais, dos tempos, dos aspectos, das modalidades...) constitutiva da produção da formulação de um sujeito enunciator. E que acaba, assim, por desaparecer aos olhos de quem enuncia... (COURTINE, 1999, p. 20 – grifo do autor).

Diante dessas abordagens de Brandão e Courtine, inferimos que o interdiscurso está associado à idéia de memória, e, como esta última fora concebida em discussões advindas do meio historiográfico, não é raro ocorrer uma confusão entre os conceitos de memória e história.

Numa diferenciação entre os referidos conceitos, Seixas (1996, p.04) alega que “a memória coletiva, sendo, sobretudo oral e afetiva, pulveriza-se em uma multiplicidade de narrativas: a história é uma atividade da escrita, organizando, unificando numa totalidade sistematizada as diferenças e lacunas”, e para explicitar melhor a divergência entre esses dois conceitos, Seixas recorre a Pierre Nora quando faz uma classificação dicotômica entre história e memória:

A memória é a tradição vivida – “a memória é a vida” – e sua atualização no “eterno presente”, é espontânea e afetiva, múltipla e vulnerável: a história é o seu contrário, uma operação profana, uma reconstrução intelectual sempre problematizadora que demanda análise e explicação, uma representação sistematizada e crítica do passado. A memória tece vínculos com a tradição e o mundo pré-industrial, a história com a modernidade: neste sentido, a história-memória é sobretudo conservadora: a história-crítica é subversiva e iconoclasta. Tudo aquilo que chamamos hoje de memória, conclui Pierre Nora, já não o é mais, já é história. (NORA, 1984, apud SEIXAS, 1996, loc. cit.).

De acordo com a abordagem de Seixas (idem, p.13-14), acontece uma *reatualização* da memória que se dá em pequenos instantes, irrompendo, trazendo à tona o passado que, de alguma forma, não passou, e, seus lugares compreendem retas transversais, encruzilhadas, “mundos” a parte, passíveis de serem colocados em comunicação.

Bérgson (85, apud, Seixas 1999, p. 11) atesta que, “a memória não é estática, nem seu volume é fixo. Sob qualquer prisma que a olhemos, a memória não cessa de se movimentar”, podendo, pois, decolar do presente e ganhar seu próprio movimento. Então, “é para a ação que percepção e memória se voltam, é esta ação que o corpo prepara” (idem). Portanto, a partir da percepção do mundo e de nós mesmos, lembramo-nos de fatos e acontecimentos, não para a especulação, mas para agirmos sobre o mundo atual.

A produção historiográfica, a partir de 1969, com a Terceira Geração, volta-se para a superestrutura (BURKE, 1997, p.79 et seq.), em detrimento da história econômica e política. Esse fato propicia o desenvolvimento de estudos que abandonam as certezas associadas ao enunciado documental e passam à interpretação de séries textuais em que se resgatam os discursos de diferentes personagens históricos (DE CERTEAU, 1995, p. 30-34 passim).

Conforme abordado por Foucault (2002), enquanto na História Tradicional o documento é tratado como uma voz distante do passado a ser memorizado, na história nova o documento deverá ser decifrado em unidades, séries, relações, superando o caráter de continuidade da primeira e valorizando a descontinuidade na segunda. Nos dizeres do próprio autor,

... na sua forma tradicional [da história], se atribuía como tarefa definir relações (de causalidade simples, de determinação circular, de antagonismo, de expressão) entre fatos ou acontecimentos datados: sendo dada a série, tratava-se de precisar a vizinhança de cada elemento. De agora em diante [Nova História], o problema é constituir séries: definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhes a lei e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries, para constituir, assim, séries de séries, ou “quadros” (...) Assim, apareceram, em lugar dessa cronologia contínua da razão, que se fazia remontar invariavelmente à inacessível origem, à sua abertura fundadora, escalas às vezes breves, distintas umas das outras, rebeldes diante de uma lei única, freqüentemente portadoras de um tipo de história que é própria de cada uma, e irreduzíveis ao modelo geral de uma consciência que adquire, progride e que tem memória (FOUCAULT, 2002, p. 08-09).

A memória está presente no imaginário da sociedade e é imprescindível para apagar ou desvelar significados uma vez que compreende os símbolos coletivos. Mas Foucault (2002) nos leva ainda mais distante, quando discute sobre as idéias que subjazem determinado discurso, afirmando que tudo aquilo que é pronunciado, advém de algo que já o fora algures e/ou alhures. Nas palavras do filósofo:

Assinalar, na ordem do discurso, a irrupção de um acontecimento verdadeiro; que além de qualquer começo aparente, há sempre uma origem secreta – tão secreta e tão originária que dela jamais poderemos nos reapoderar inteiramente. Dessa forma, seríamos fatalmente reconduzidos, através da ingenuidade das cronologias, a um ponto indefinidamente recuado, jamais presente em qualquer história; ele mesmo não passaria de seu próprio vazio; e a partir dele, todos os começos jamais poderiam deixar de ser recomeço ou ocultação (na verdade, em um único e mesmo gesto, isto ou aquilo). A esse tema se liga um outro, segundo o qual todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um ‘jamais-dito’, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro. Supõe-se, assim que tudo que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar (FOUCAULT, 2002, p.28).

Temos, pois, o sujeito clivado pelo inconsciente e por ideologias, carregando consigo uma carga de memória discursiva inerente a toda uma coletividade. E tal aspecto do sujeito, é determinante em sua prática cotidiana, seja da ordem do político, do

cultural, do pessoal. Essa clivagem do sujeito, determinando o que será lembrado e o que será esquecido, o que deve ou pode ser dito nas diferentes experiências sociais e, portanto, controlando as manifestações do sujeito, ditando normas para suas movências em sociedade. E, nesse sentido, para o analista do discurso, será na materialidade lingüística, que se conseguirá acesso a tais manifestações.

E Baczko (1984, apud Gregolin, 2003, p. 97) atesta, que é por meio do imaginário que uma determinada sociedade atinge suas aspirações, seus medos e suas esperanças, porque é nele que acontece o esboço das identidades, dos objetivos, a organização do passado, presente e futuro. Assim, o imaginário, expressado por ideologias e utopias, é materializado em símbolos, alegorias, rituais e mitos, a partir dos quais as visões de mundo são evidenciadas e as condutas e estilos de vida são modelados contribuindo, portanto, com a preservação da ordem vigente ou introduzindo mudanças.

Nesse contexto, inferimos que o imaginário social também se configurará na literatura. E, portanto, podemos verificar que história e literatura estão imbricadas, uma vez que a primeira pode formular suas seqüências de diferentes maneiras, fornecendo interpretações e sentidos diversos aos eventos. H. White afirma que

Vista de um modo puramente formal, uma narrativa histórica é não só uma reprodução dos acontecimentos nela relatados, mas também um complexo de símbolos que nos fornece direções para encontrar um ícone da estrutura desses acontecimentos em nossa tradição literária. (WHITE, 1994, p. 105 – grifo do autor).

Mais adiante:

Todas as narrativas históricas pressupõem caracterizações figurativas dos eventos que pretendem representar e explicar. E isso significa que as narrativas históricas, consideradas meros artefatos verbais, podem ser caracterizadas pelo modo do discurso figurativo em que são moldadas (idem, p.111).

White complementa seu pensamento, comparando a ‘história’ à ‘literatura’ em razão do seu interesse mais no ‘real’ que no ‘possível’, o que é supostamente o objeto de representação das obras ‘literárias’” (idem, p.105).

Nesse momento, depois da intersecção de Seixas (1996 e 1999), Burke (1997), De Certeau (1995), Foucault (2002), Gregolin (2003) e White (1994), observamos uma conjunção entre história, literatura e memória, e, como o *corpus* desta pesquisa está repleto de implícitos, para analisá-los remetemo-nos, também, a Achard (1999, p.12), quando afirma que “a representação usual do funcionamento dos implícitos consiste em considerar que estes são sintagmas cujo conteúdo é memorizado e cuja explicitação (inserção) constitui uma paráfrase controlada por sua memorização”. Contudo, para esse autor (*idem*, p.16), “a memória não restitui frases escutadas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase”.

Desta feita, reiteramos que o sujeito é altamente influenciado por aspectos históricos que, por sua vez, lhe são transmitidos através de uma memória social discursiva e suas FDs têm uma base social e histórica. E cada estruturação do discurso, compreendendo uma materialidade de uma dada memória social, apresenta-se como implícitos. Nas palavras de Pierre Achard,

O implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re) construção, sob a restrição “no vazio” de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor que esse implícito (re) construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo (ACHARD, 1999, p.13).

Temos, pois, o sujeito, clivado pelo inconsciente e por ideologias, trazendo consigo uma carga de memória discursiva inerente a toda uma coletividade e dessa forma, a discussão sobre esta memória passa pelo viés da história.

Para Gregolin,

a interpretação “histórica” passa a ser central para a leitura do atravessamento dos discursos nos textos na medida em que os sentidos se constituem no movimento de materialização do exterior nas formas lingüísticas (2001-a, p.113).

Assim, os sentidos decorrentes do(s) discurso(s) materializado(s) no texto são sentidos já formados e constitutivos do sujeito. Desse modo, tanto a linguagem do texto

quanto sua(s) leitura(s) são resultantes de um processo histórico que, por sua vez, levam a vários outros discursos configurando-se nos interdiscursos.

Diante dessa referência teórica, para a análise do *corpus*, procuramos recorrer à memória discursiva, verificando seus implícitos, seus atravessamentos e associando-os ao contexto sócio-histórico atual e àquele referido pela obra.

CAPÍTULO III

História e memória discursiva em *Bufólicas*

Neste capítulo, a partir das considerações teóricas desenvolvidas nos capítulos anteriores, trazemos uma análise da obra a partir da hipótese de que há, em *Bufólicas*, uma dessacralização de discursos que ocorre por meio da memória discursiva inerente aos discursos materializados em cada um dos poemas dessa obra. Sendo assim, fizemos uma seleção, por temas, de tais discursos de forma que cada um seja contemplado a partir de exemplos extraídos do livro em questão.

Bakhtin, apud Gregolin (2001-a, p.113), “mostrou que nenhum texto é monofônico e a polifonia cria os diálogos que confrontam ou reforçam os sentidos que circulam em um determinado momento histórico”. Assim, a interpretação que o leitor faz de cada um dos poemas de *Bufólicas* não considera apenas o que está verbalizado, mas todo o referencial literário a que ele remete, ou seja, a sua referencialidade polifônica. Há, portanto, uma dispersão de discursos garantindo o lugar da subjetividade no entrecruzar de vozes discursivas.

É nesse sentido que não podemos centrar a interpretação dos textos presentes nessa obra nem no *eu* nem no *tu*, mas nas relações de sentido estabelecidas entre eles e, nos dizeres de Gregolin (idem, p. 118), “o sujeito constrói sua identidade na relação com o outro”. E, dessa forma, valores ideológicos irão influenciar as possíveis leituras, levando em consideração o lugar de quem escreve e de quem lê.

Podemos afirmar que *Bufólicas* (publicada em 1992) está circunscrita num panorama da pós-modernidade, quando o(s) sujeito(s) passa(m) por uma “crise de identidade”, o que, nos dizeres de Stuart Hall, “é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2003, p. 07).

Dessa forma, partindo do pressuposto de que o sujeito enuncia a partir de formações imaginárias, sendo atravessado por aspectos simbólicos e inconscientes, não perderemos de vista as relações entre os jogos imaginários e a produção de sentidos materializados nos enunciados ali presentes.

Procuramos verificar os elementos que fazem ressaltar as diferentes divisões e antagonismos sociais produzidos pela variedade de diferentes “posições de sujeito”, ou seja, as variadas identidades dos sujeitos (idem, p. 17).

Nesse ínterim, trabalhamos com base em Gregolin quando afirma que “as questões referentes ao gênero advêm da posição do sujeito determinado pela história e por suas posições advindas de diferentes instituições sociais”⁷.

Isso se justifica, porque é dessa maneira que entendemos *Bufólicas*: um espaço de existência de diferentes sujeitos com suas variadas subjetividades e identidades, debatendo-se na sua convivência individual e social; uma luta pela existência tanto como indivíduo, quanto como sujeito social que, na sociedade pós-moderna, adquire formas diversificadas, num movimento constante. Buscaremos entender os enunciados presentes em nosso *corpus*, a partir das condições históricas que os possibilitaram, verificando outros que circulam concomitantemente a eles.

⁷ GREGOLIN, em afirmação feita em aula da disciplina “Discurso e História: a construção das identidades” oferecida no *Campus* da UNESP-Araquara, durante os meses de setembro a dezembro de 2003.

3.1 - Os Contos de Fadas e *Bufólicas*: discursos dessacralizados

Bufólicas, publicado em 1992 e parte integrante da obra hilstiana considerada erótico-obscena, é composto por sete poemas e cada um deles traz ilustração de Jaguar, que, de maneira simples, com poucos traços (em preto e branco), apresenta uma riqueza em detalhes que simbolizam as histórias narradas.

Em sua materialidade, cada um dos poemas possui a estrutura da fábula – trazendo, sempre, no final de cada um, uma moral da estória – e, sendo suas personagens recorrentes dos contos de fadas (como anão, rei, rainha, fada, mago, Chapéu e sua avó), a obra em questão abarca elementos que levam o leitor a compará-los, pelo viés da memória discursiva, aos contos de fadas (doravante CF) e à fábula.

De acordo com Bettelheim,

em um nível manifesto, os contos de fada ensinam pouco sobre as condições específicas da vida na moderna sociedade de massa; estes contos foram inventados muito antes que ela existisse. Mas através deles pode-se aprender mais sobre os problemas interiores dos seres humanos, e sobre as soluções correlatas para seus predicamentos em qualquer sociedade, do que com qualquer outro tipo de estória dentro de uma compreensão infantil (BETTELHEIM, 1980, p 14).

Diante de tais colocações, inferimos que os CF correspondem a importantes referências para a formação da personalidade humana, pois os mesmos trazem sempre à tona discussões que envolvem a moral, os bons costumes e a honestidade em confronto com um lado “obscuro”, dessa personalidade que “deve” ser, a todo instante, negado socialmente. Enfim, é a consagração do bem e do mal em estados opostos e de rivalidade, sendo que o bem, dotado de “bons” pensamentos e comportamentos aceitos pela sociedade, vence o mal, representante de qualquer ação que coloque em risco a “boa” conduta das pessoas na sociedade a qual pertencem. É nesse sentido que Bettelheim afirma:

Através dos séculos (quando não dos milênios) durante os quais os contos de fada, sendo recontados, foram-se tornando cada vez mais refinados, e passaram a falar simultaneamente a todos os níveis da personalidade humana, comunicando de uma maneira que atinge a mente ingênua da criança tanto quanto a do adulto sofisticado (BETTELHEIM, 1980, p. 15).

Bufólicas apresenta, em cada uma de suas personagens, outrora consagradas nos contos de fadas, uma “anormalidade” genital e/ou comportamental, capaz de destituí-la do discurso moralizante e/ou edificador que lhe são intrínsecos e cultuados em nossa sociedade.

Dessa forma, *Bufólicas* traz consigo elementos que contradizem o papel resguardado à fábula e ao CF, quando os sujeitos materializados naqueles poemas são portadores de aberrações físicas, morais e/ou culturais, as quais são negadas ou omitidas naqueles gêneros literários. Assim, Bruno Bettelheim aponta como esses gêneros literários trabalham com a formação do homem:

Aplicando o modelo psicanalítico da personalidade humana, os contos de fada transmitem importantes mensagens à mente consciente, à pré-consciente, e à inconsciente, em qualquer nível que esteja funcionando no momento. Lidando com problemas humanos universais, particularmente os que preocupam o pensamento da criança, estas estórias falam ao ego em germinação e encorajam seu desenvolvimento, enquanto ao mesmo tempo aliviam pressões pré-consciente e inconscientes. À medida em que as estórias se desenrolam, dão validade e corpo às pressões do id, mostrando caminhos pra satisfazê-las, que estão de acordo com as requisições do ego e do superego (BETTELHEIM, 1980, p 15).

Não obstante, a linguagem utilizada pelos sujeitos discursivos que emergem em toda a obra apresenta um alto nível de conhecimento tanto no que diz respeito a um léxico rebuscado, quanto a um nível chulo, considerado baixo pela “boa” sociedade e com relação a este último, os poemas de *Bufólicas* vêm contradizer o papel relegado ao CF tradicional.

É a partir do posicionamento irreverente e, para muitos constrangedor, que HH vem, por meio de *Bufólicas*, dessacralizar a fábula e os contos de fada. Nesse momento, passemos para um próximo capítulo em que teceremos, na análise do *corpus*, comentários que nos propiciarão a exemplificação dessa dita dessacralização.

3.2 – Enunciações, deslocamentos e outros efeitos de sentido

O(s) sujeito(s) materializado(s) em *Bufólicas*, num caráter de verossimilhança, imita(m) o(s) sujeito(s) do mundo real imbricado(s) em lutas semelhantes àquelas sugeridas por Foucault. Assim, não desconsideraremos que a história atravessa o texto literário e, portanto, não pretendemos perder seu caráter artístico, que, por sua vez, constitui-se por um processo político e aborda as diferenças entre os sujeitos.

Diante dessa consideração, fizemos um recorte do *corpus* considerando as funções enunciativas que perpassam temas como o homossexualismo, o racismo, as anomalias genitais e a dessacralização da moral e dos bons costumes, sempre pelo uso da linguagem como uma forte aliada na desconstrução de discursos já sacralizados e a produção de novos sentidos.

Numa descrição sucinta: cada um dos poemas que integram *Bufólicas* traz uma narrativa diferente que envolve uma personagem dos CF, na ordem em que são distribuídos no livro: 1) *O Reizinho Gay*, trata-se da história de um reino, com um rei mudo e gay e os súditos sempre coniventes com as decisões do rei, apesar da sua falta de palavras; 2) *A Rainha Careca*, traz observações sobre uma rainha possuidora de uma fartura de cabelos e “careca nos meios”; 3) *Drida, a Maga Perversa e Fria*, aborda atitudes de uma maga escritora que cometia atrocidades com todos aqueles que lhe cruzassem o caminho; 4) *A Chapéu*, que contracenava com sua avó Leocádia e com um lobo gay; 5) *O Anão Triste*, a história de Cidão, que, por possuir o pênis em tamanho exagerado, pede a Deus para livrá-lo daquela “estrovenga”; 6) *A Cantora Gritante*, história de uma mulher, comparável a uma sereia que foi punida por esposas sexualmente importunadas por seus maridos “às pampas excitados/ de lhe ouvir os trinados” e 7) *Filó, a Fadinha Lésbica*, que trazia a alegria para os habitantes da

“Vila do Troço”, até que um dia a é levada por um “troncudão” que, “nadando feito rinoceronte”, leva Filó para longe daquelas pessoas.

3.3 – Do homossexualismo

O homossexualismo é um tema recorrente em *Bufólicas*. Destacam-se três personagens que exemplificam tal afirmação: um rei, um lobo e uma fadinha.

O rei gay, apesar de sua mudez, tinha o poder garantido pelo enorme órgão sexual:

Mas reinava...
APENAS...
Pela linda peroba
Que se lhe adivinhava
Entre as coxas grossas.

Acerca dessa personagem, podemos verificar um sujeito discursivo, que, ao materializar tais características do rei, desloca o sentido que lhe é previamente intrínseco. E podemos fazer tal afirmação porque, na história, os reis são pessoas distintas, soberanas, e sua soberania na terra, advém de um poder concedido por uma autoridade divina. Segundo a tradição lendária, quando um rei é coroado, ele recebe uma unção, que teria sido enviada do céu pelo Espírito Santo.

Conseqüentemente, o rei, com poderes sobrenaturais, teria a condição de curar a escrofulose – abscesso tuberculoso – com um simples toque de mão. Dessa forma, sua diferenciação não se justificaria apenas pela hierarquia, pois pela graça de Deus, ele assumia um lugar superior, acima de todo o reino e, portanto, a todos os demais, seria considerado um sacrilégio desobedecer-lhe (PETITFILS, 2004, passim).

Portanto, Deus concedia a um homem o poder de governar um território e as pessoas dali, seus súditos, lhe deviam obediência e temor. Conseqüentemente, o respeito e a adoração ao rei podem ser percebidos ainda hoje, pois esse rei idealizado, distante e superior aos demais humanos, está imbricado na memória coletiva. Além de podermos constatar tal construção simbólica iniciada por volta do ano mil – época em que passaram a ungir os reis –, a literatura também teve sua carga de contribuição: reis, ditadores ou não, são personagens comuns das histórias infantis e reis que viveram felizes para sempre também permeiam estas histórias, largamente difundidas em nossa sociedade. Histórias, que, destinadas a um público infantil, possuem grande circulação na sociedade e que trazem consigo formações discursivas, como essa que abordamos sobre a idealização da figura do rei.

Se desobedecer ao soberano corresponde a um sacrilégio, o que dizermos ou pensarmos sobre atribuir-lhe características tão humanas quanto as apontadas por aquele sujeito discursivo “delator”? Ora, quem ousaria **pensar** na genitália de um soberano, com autoridade divina? Quem exporia suas **preferências sexuais** consideradas “anormais” por ser homossexual – haja vista que é contrária à proliferação da espécie humana – por vários discursos que circundam nossa sociedade, como o religioso, o jurídico, o senso-comum. Na história de HH, há o apagamento dessa carga de poder divino, e a ironização de nossa sociedade que tem “adoração” ao falo.

Dessa forma, esse sujeito discursivo, materializado na figura daquele que conta a história, “denuncia” o soberano e adverte o leitor, assume discursos pagãos, desmistificando a figura do rei ao atribuir-lhe características (ou mais especificamente, defeitos) impróprias a um rei, aos olhos dos sujeitos absortos pela ordem dos processos discursivos.

É no entrecruzamento de um tempo longínquo, num “... reino perdido / Na memória dos tempos” com a sociedade contemporânea que se apresentam as condições de

produção desse texto, buscando num tempo e num espaço indeterminados, um reino habitado por personagens que povoam, ainda hoje, a memória discursiva do leitor de forma plácida, “bem comportada”, onde prevaleceria a moral e os bons costumes.

Contudo, esta memória é desmontada uma vez que o sujeito discursivo, materializado na função de narrador, apresenta um rei portador de “anomalia” genital (“pintudão”) e sexual (gay). Não obstante, sua “anomalia” genital, apesar do estranhamento causado no leitor, que não espera ouvir fato tão vulgar sobre uma figura real, não lhe fora desfavorável, pelo contrário, é justamente ela que lhe garante o poder, sem que fosse preciso trabalhar em prol da nação, sem nem mesmo pronunciar uma única palavra:

Quando os doutos do reino
Fizeram-lhe perguntas
Como por exemplo,
Se um rei pintudo
Teria o direito
De somente por isso
Ficar sempre mudo
Pela primeira vez
Mostrou-lhes a bronha
Sem cerimônia.
Foi um Oh!!! Geral
E desmaios e ais
E doutos e senhoras
Despencaram nos braços
De seus aios.
E de muitos maridos
Sabichões e bispos
Escapou-se um grito.

Assim, o discurso materializado, historicamente, pela carga simbólica do falo – sinônimo de virilidade e garantidor de poder numa sociedade machista – e de seu tamanho adquire um efeito provado na medida em que o rei governa pura e simplesmente pela performance de seu órgão genital. E exatamente por isso – por possuir um gigante “régio falo” –, não necessitava demonstrar nenhuma competência administrativa, por possuir tal característica, o soberano consegue se fazer respeitado mantendo-se sempre em silêncio:

Daí em diante sempre que a multidão
Se mostrava odiosa
Com a falta de palavras
Do chefe da Nação
O reizinho gay

Aparecia indômito
 Na rampa ou na sacada
 Com a bronha na mão.
 E eram ós agudos
 Dissidentes mudos
 Que se ajoelhavam
 Diante do mistério
 Desse régio falo
 Que de tão gigante
 Parecia etéreo.

Dessa forma, inferimos que o sujeito discursivo, narrador desta história, assume o lugar sócio-político de uma militante feminista que critica a super valorização do falo por nossa sociedade:

E foi assim que o reino
 Embasbacado, mudo
 Aquietou-se sonhando
 Com seu rei pintudo.

No poema *A Chapéu*, também podemos verificar a presença do homossexualismo: um lobo gay e suas parceiras avó Leocádia e Chapéu correspondem a sujeitos discursivos detentores de um comportamento anômalo com relação aos CF e paralelamente, ao discurso socialmente idealizado do comportamento homossexual, de que homossexuais deveriam, apenas, manter relações sexuais com o mesmo sexo.

Dessa forma tal idéia é questionada na medida em que o lobão, apesar de ser uma “bichona”, mantém relações conjugais com a avó Leocádia, às escondidas de Chapéu, o que pode ser verificados nos seguintes excertos:

Pois bem sabes
 Que a bichona peluda [lobo]
 É o nosso ganha-pão.
 (...)
 Num átimo percebo tudo!
 Enganaram-me! Vó Leocádia
 E Lobão
 Fornicam desde sempre
 Atrás do meu fogão!

Tal situação, coloca, portanto, em dúvida, toda uma construção idealizada a respeito do homossexualismo, causando no leitor um certo embaraço tanto no que diz respeito à formação discursiva sobre tal assunto, quanto no que se refere ao comportamento de uma avó e daquela que, na memória discursiva, apresenta-se como uma ingênua netinha. Os

discursos que circundam essas duas personagens impõem-lhes regras de bom comportamento as quais não passam pelo crivo sexual, ou seja, tanto avó como neta “deveriam” ter um comportamento social que omitisse tal questão.

Há ainda, como um desfecho de *Bufólicas*, a fadinha lésbica:

Ela era gorda e miúda.
Tinha pezinhos redondos.
A cona era peluda
Igual à mão de um mono.
Alegrinha e vivaz
Feito andorinha
Às tardes vestia-se
Como um rapaz
Para enganar mocinhas.
Chamavam-lhe “Filó, a lésbica fadinha”.

Se o sujeito discursivo do primeiro poema do livro desloca os sentidos atribuídos à figura do rei, no último é a vez da personagem fada fazê-lo. Assim, os discursos que circulam a respeito das fadas garantem-lhes uma certa magia uma força positiva capaz de realizar milagres e, portanto, são zeladores de uma imagem de felicidade, bondade, placidez e milagres. Dessa forma, as fadas são figuras mágicas capazes de transformar a realidade, mas que, nos CF, não têm conotação sexual.

No novo “conto” hilstiano, a magia, apesar de conservada, encontra-se num mundo real, do qual Filó faz parte (a comunidade da Vila do Troço) e é associado a questões sexuais, Filó era fada porque trazia a felicidade (sexo) para todas as pessoas do seu lugarejo:

Em tudo que tocava
Deixava sua marca registrada:
Uma estrelinha cor de maravilha
Fúcsia, bordô
Ninguém sabia o nome daquela cô.
Metia o dedo
Em todas as xerecas loiras, pretas
(...)
Bulia, beliscava
Como quem sabia
O que um dedo faz
Desde que nascia.
Mas à noite... quando dormia...
Peidava, rugia... e...
Nascia-lhe um bastão grosso
De início igual a um caroço
Depois...
Ia estufando, crescendo

E virava um troço
 (...)
 Faziam fila na Vila.
 (...)
 todo mundo tomava
 um bastão no oiti.
 Era um gozo gozoso
 Trevoso, gostoso
 Um arrepião nos meio!
 Mocinhas, marmanjões
 Ressecadas velhinhas
 Todo mundo gemia e chorava
 De pura alegria

Nesses trechos podemos perceber o deslocamento de sentidos atribuídos à personagem fada, que nesse caso, faz milagre através do relacionamento sexual com pessoas de aparência, sexo e idade diferentes, independente de serem “loiras ou pretas”, mocinhas, marmanjões ou ressecadas velhinhas. Ao mesmo tempo, o sujeito discursivo narrador da história de Filó, brinca com as FDs a respeito das lésbicas, segundo as quais, elas teriam um pequeno pênis, fato que as diferenciariam das mulheres “de verdade” e faria com que estas últimas se apaixonassem pelas primeiras.

Mas esse sujeito discursivo não pára por aí, ele traz para a história uma figura masculina – e muito máscula – (o “troncudão”) que foi capaz de fazer com que Filó se apaixonasse por ele e abandonasse aquela vida de “perversão”:

Até que um belo dia...
 Um cara troncudão
 Do beijo bordô, fúcsia ou maravilha
 (ninguém sabia o nome daquela cô)
 Seqüestrou Fadinha
 E foi morar na Ilha.
 Nem barco, nem ponte
 O troncudão nadando feito rinoceronte carregava Fadinha.

E, assim, essa figura máscula, foi capaz de acabar com toda a felicidade do povo daquela Vila:

E nunca mais se viu
 Alguém-Fantasia
 Que deixava uma estrela
 Em tudo que tocava
 E um rombo na bunda
 De quem se apaixonava.

No final de *Bufólicas*, o poema que se apresenta questiona o lugar atribuído aos homossexuais em nossa sociedade, porque, afinal de contas, Filó, mesmo sendo lésbica, o que normalmente é rejeitado em nossa sociedade, era a mantenedora da felicidade das pessoas daquela Vila. Nesse ínterim, inferimos que os efeitos de sentido produzidos em tais poemas vêm de encontro aos discursos que circulam em nossa sociedade a respeito dos homossexuais, os quais atribuem-lhes lugares de exclusão social; ao mesmo tempo em que, brincando com personagens tão simbólicas e atribuindo-lhes características e poderes inusitados desmistifica (ou reforça?) os discursos que circulam a respeito da homossexualidade.

3.4 – Das “anomalias” genitais e sexuais

Conforme citado anteriormente, em *Bufólicas*, várias das personagens possuem uma anomalia genital. Assim, no primeiro poema encontra-se um rei gay, no segundo, uma rainha sem “pentelhos”, no quarto, um “Lobão” que ao invés de ser um lobo mau é um lobo gay, no quinto, um anão com um falo muito maior do que é considerado normal, e no sétimo, uma fada lésbica. Nos demais poemas, as personagens apresentam “desvios” de comportamento voltados para a sexualidade, dessa forma, no terceiro, tem-se uma maga perversa e fria que cria situações nas quais aqueles que lhe aborrecem são punidos por meio de uma relação sexual anal e não permitida por eles, e no sexto a situação se inverte, pois é a protagonista que é obrigada a fazer sexo oral e anal com um jumento para deixar de aborrecer sua vizinhança.

Numa visão panorâmica da obra, podemos observar a seguinte estruturação temática:

- Primeiro poema – anomalia genital e sexual: o rei possui um falo enorme e é gay;
- Segundo poema – anomalia genital e comportamento sexual “inadequado”: a rainha não possui pentelhos e mantém relação sexual com um desconhecido.
- Terceiro poema – comportamento sexual “inadequado”: a maga estupra qualquer um que julgar merecedor.
- Quarto poema – comportamento sexual “inadequado”: Leocádia, a avó de Chapéu, é uma prostituta que incentiva a neta a seguir seus passos, e Lobão, apesar de gay, mantém relações sexuais com Leocádia.
- Quinto poema – anomalia genital: Cidão, o anão, possui um falo tão grande que lhe impede de fazer sexo, seja com mulher ou homem.
- Sexto poema – a cantora é vítima de inveja e por isso, é obrigada, por todas as suas vizinhas, a manter relações sexuais com um jumento.
- Sétimo poema – anomalia genital e sexual: a fada é lésbica e propicia a felicidade a todos os seus vizinhos mantendo relações homo e heterossexuais com eles.

Percebe-se, pois, que toda a temática dos poemas está voltada para o comportamento ou especificidade sexual das personagens. Como se estivesse num jogo lúdico, o sujeito discursivo que narra cada uma das histórias vai familiarizando o leitor com a temática, e assim, sai, do primeiro poema que tem como protagonista um rei mudo, com enorme órgão genital e gay, passa por uma rainha careca, uma maga estupradora associada a fezes (“E agora vou encher de traques/ O caminho dos magos./ Com minha espada de palha e bosta seca/ Me voy a Santiago.”), uma Chapéu nada ingênua, um anão triste por ter o falo “Feito um bastão”, uma cantora estuprada, porque, com seu canto, deixava todos os maridos

muito excitados uma vez que “de lhe ouvir os trinados,/ a cada noite/ em suas gordas consortes/ enfiavam os bagos...” e finalmente uma fadinha lésbica que propiciava a felicidade (por meios sexuais) a todos os habitantes da vila em que morava.

Há, portanto, um desenrolar de fatos e situações que provocam o ideário de moral e bons costumes do leitor e isso é associado à exclusão social. Assim, aquele ou aquela que foge à “normalidade” estabelecida por nossa sociedade tem seu lugar garantido sob olhares que rejeitam aquele ou aquilo que lhe é “estranho”, diferente, tido como anti-social.

Especificamente em *O anão triste*, tal fato não é diferente. Nesse poema, são apontados “defeitos” de Cidão que lhe garantem um lugar de exclusão social e, conseqüentemente, infelicidade. Como se ressalta:

Além do chato de ser anão
 Nunca podia
 Meter o ganso na tia
 Nem na rodela do negrão.
 É que havia um problema:
 O porongo era longo
 Feito um bastão.
 E quando ativado
 Virava... a terceira perna do anão.

Dessa forma, o sujeito discursivo desse poema é marcado, estigmatizado pela falta da prática de sexo, que, por sua vez, é associada ao tamanho de seu pênis e à sua altura. Esses dois fatos remetem-nos a uma construção advinda do imaginário sócio-cultural, presente na memória coletiva.

Assim, os dois fatos trabalhados nesse excerto, ou seja, o tamanho do pênis e o tamanho do homem, associados à linguagem chula, se remetem à ironia. E isso só é possível porque há em nossa sociedade, discursos proliferados, repetidos e reafirmados que ridicularizam tais condições humanas, bem como a preservação da moral e dos bons costumes, que não admitem o uso desse tipo de linguagem. Assim, é visível toda a intolerância da sociedade, àquilo que lhe é diferente.

Nesse sentido, o fato de ser anão configura-se como uma aberração da natureza, encarado socialmente como algo que leva ao riso, à chacota, à exposição de anormalidades. E, nesse ínterim, não é difícil recordarmos quantos anões já presenciamos executando o papel de palhaço seja na TV, no circo ou mesmo em lojas que os contratam para chamar a atenção dos clientes.

Contudo, não encontramos tais leituras na superficialidade lingüística que compõe o poema. Tais leituras somente vêm à tona pelo viés da memória coletiva pela qual, as formações discursivas são reproduzidas, elas vêm à tona pelo viés do diálogo estabelecido com os discursos, com as práticas que circulam em nossa sociedade.

E, com relação a essas práticas, podemos inferir, especificamente nesse trecho do poema, além da condição do anão como ser criado, apontado, construído historicamente como um elemento destinado a fazer rir, a chamar a atenção, a ser ridicularizado, também a condição sexual das pessoas. O fazer sexo em condições “normais” é condição para se ter uma vida social normal, portanto, o tamanho dos órgãos sexuais deve também obedecer aos padrões socialmente tidos como normais.

Diante dessas práticas discursivas, a condição de inferioridade do anão é denunciada:

Um dia... sentou-se o anão triste
Numa pedra preta e fria.

Esses versos possibilitam-nos localizar o lugar social ocupado pelo anão: além de triste, está sentado numa pedra preta e fria. Ora, não se trata de uma almofada aconchegante, quentinha, de cor alegre, mas da dureza de um local sem cor, sem vida, ou pior ainda, preto e frio, remetendo-no às trevas, à falta de luz, à falta da graça.

Na obra *Bufólicas* de Hilda Hilst, podemos perceber a presença do bufão que procura fazer rir a partir das anormalidades apresentadas pelos sujeitos discursivos.

Mas Cidão, esse sujeito discursivo, não perde as esperanças e se seu problema não pode ser solucionado na materialidade da vida prática, ele resolve pedir auxílio a forças superiores:

Fez então uma reza
 Que assim dizia:
 Se me livrasses, Senhor,
 Dessa estrovenga
 Prometo grana em penca
 Pras vossas igreja.

Mas, apesar de todos os esforços, a condição social de Cidão continua a mesma: vive sobre a dureza da pedra preta, procura seu objeto faltoso e convive com a frieza da sociedade.

E até hoje
 Sentado na pedra preta
 O anão procura as partes pudendas...
 Olhando a manhã fria.

Na moral da estória, de forma irônica, é apresentada uma lição ao sujeito discursivo:

Ao pedir, especifique tamanho
 grossura quantia.

Dessa forma, *O anão triste*, como outros poemas de *Bufólicas*, vem, de forma irônica, satírica e até mesmo cruel, jogar com os preconceitos sociais materializados em formações discursivas e denunciar as práticas sociais que perpassam nossa sociedade.

3.5 – Da discriminação pelo racismo e pelo uso da língua

Uma das práticas sociais comuns que vivenciamos, às vezes, de maneira silenciosa é a da discriminação. No *corpus* trabalhado, encontram-se indícios do preconceito racial e conseqüente discriminação.

Assim, quando Drida escreve em seu diário:

Incendiei o buraco da Neguinha
 Uma crioula estúpida
 Que limpava ramelas
 De porcas criancinhas.
 Perguntaram-me por que
 Incendiei-lhe a rodela?
 Pois um buraco fundo
 De régia função
 Mas que só tem valia
 Se usado na contramão
 Era por neguinha ignorado.
 Maldita ortodoxia!

Percebemos, pois, o lugar que é garantido às negras: os trabalhos que lhes são confiados correspondem a serviços menores, nesse caso, uma babá, tida como “estúpida” por não ter as mesmas preferências de Drida.

O racismo também pode ser percebido no uso da língua, quando na materialidade dos discursos, pode ser visualizada a associação dos vocábulos preto e negro a condições menores. Como no seguinte fragmento, quando Leocádia cobra de sua neta a prática da prostituição para garantia da sobrevivência das duas:

E tu, e tu Chapéu, minha nega
 Não fazendo nada
 Com essa choca preta

Nesse fragmento, pode-se, portanto, verificar que “minha nega” tem uma função pejorativa para a neta, devido ao seu “mau” comportamento e o adjetivo “preto” está associado a um xingamento; assim como ocorre nesses outros excertos, referentes ao anão Cidão:

Nunca podia
 Meter o ganso na tia
 Nem na rodela do negrão.
 (...)
 Ah, é, negão? Então procura.

A discriminação ocorre também devido ao uso da língua em variante considerada não cultas, quando “negrão” seria o homossexual e “negão”, o *tolo* que não consegue se comunicar, porque não utiliza bem sua própria língua.

E mais uma vez é denunciada a condição de Cidão como ocupante de um lugar de exclusão. Agora, pelo uso da língua que ocorre de forma coloquial: “Se me livrasses, Senhor” e “Pras vossas igreja.”. Não obstante, Cidão não está totalmente excluído socialmente: ele sabe que para se receber uma recompensa das alturas, é necessário que se dê algo em troca. Portanto, mais uma vez, outra prática discursiva é trabalhada: a de que a Igreja é uma instituição financeira.

Promessa feita, pedido atendido:

No mesmo instante
 Evaporou-se-lhe
 O mastruço gigante.
 Nenhum tico de pau
 Nem bimba nem berimbau
 Pra contá o ocorrido.

Mas como Cidão “não soube” formular seu pedido, acaba sendo punido. Agora, além de continuar anão, também está desprovido do órgão sexual. E é um douto que aparece na estória para contrapor à sua condição, um douto representante e conhecedor das regras sociais a quem todos devem se subjugar:

Um douto bradou: ó céus!
 Por que no pedido que fizeste
 Não especificaste pras Alturas
 Que te deixasse um resto?

Como se pode perceber, o douto é capaz de usar a norma culta e, no conselho que sugere ao anão, fica evidente que a língua deve ser usada da forma mais clara e objetiva possível. Mas Cidão, excluído, continua sem entender, porque para ele, as Alturas, que tudo e todos deveria conhecer, estaria acima do bem e do mal. As alturas deveriam ser capazes de verificar que seu sofrimento não seria amenizado se lhe fosse retirado todo o órgão sexual e é assim que ele responde ao douto:

Porque pra Deus
 O anão respondeu
 Qualquer dica
 É compreensão segura.

Na materialidade discursiva de *Bufólicas*, ainda encontramos:

Metia o dedo
Em todas as xerecas: loiras, pretas

afirmação feita com o objetivo de deixar claro que Filó não discriminava ninguém. Assim, tanto ela podia manter relações sexuais com loiras quanto com negras. Ora, se tal formação discursiva acontece é porque na nossa sociedade há a circulação de discursos evidenciadores da prática racista, em outras palavras, é comum a existência de pessoas que evitam os negros.

3.6 – Do uso da língua produzindo outros efeitos de sentido

Como se percebe, todos os poemas são repletos de palavras de baixo calão, “impróprias” ao uso social e/ou literário (fato que leva a crítica a considerar *Bufólicas* uma obra erótico/obscena). E esse aspecto, garante uma formação discursiva aos enunciados que marcam o poema de maneira inusitada, colocando em cheque a moral e os bons costumes idealizados nas figuras de reis, rainhas, a nobreza como um todo, gerando uma desestabilidade na ordem do discurso.

Trata-se do desvelar pela palavra, sem rodeios, sem “polidez”, de desejos sexuais conhecidos pelos sujeitos, mas camuflados sob pena da marginalização cultural, moral, social. A verbalização do desejo do rei, não se adequa à formação discursiva aceita pela sociedade e/ou pelo “reino”:

E foi assim
Que o reino inteiro
Sucumbiu de susto.
Diante de tal evento...
Desse reino perdido
Na memória dos tempos
Só restaram cinzas
Levadas pelo vento.

assim como a decisão da rainha Ula não estava prevista nem mesmo para o biscate que afirmou:

Cabeluda ou não
Rainha ou prostituta
Hei de ficar contigo
A vida toda!

Ou seja, se a rainha o havia convidado para os seus aposentos, esta era uma atitude de prostituta e não de rainha. E, sendo assim, caberia a ele, por ser homem, detentor de grandes poderes na sociedade, aceitar ou não a mulher (e nesse caso, uma rainha) como sua esposa.

Ocorre, pois, a revelação de uma denúncia da hipocrisia de nossa sociedade, que tanto valoriza as questões sexuais, sem admitir isso abertamente. E o sujeito que se atreve a fazê-lo, é marginalizado, abandonado, como o rei, que, enquanto esteve mudo, fora adorado; porém, diante da palavra, expressão de seu desejo, o reino se esfacelara.

A questão tratada nesse desmoronamento do reino, pode também nos levar a discursos inseridos não só no aspecto sexual, mas também sociocultural, porque em nossa sociedade, o separatismo não ocorre apenas nesse âmbito, mas em relação a temas econômicos, raciais, culturais, nacionalistas, entre outros.

Nesse íterim, o leitor é conduzido, inconscientemente, a buscar na memória discursiva, interdiscursos que podem ser identificados no texto ou não, que, conduzem a um processo dialético, ao fornecer um modelo antigo, já consagrado, mas com modificações significativas que levam a sua re-significação.

Não obstante, o sujeito discursivo joga com este gênero literário, trabalhando com conceitos “desmoralizantes”, e aponta uma moral à história, criando, assim, uma “nova” fábula.

Nesse momento, a partir de *O Reizinho Gay*, podemos pensar na

Moral da estória:
a palavra é necessária
diante do absurdo.

O leitor poderá se remeter aos governos ditatoriais e às democracias e trazendo à tona a realidade na qual está inserido, sem desconsiderar seu comportamento, o comportamento das pessoas com as quais convive e as decisões políticas e/ou econômicas tomadas pelo Governo ao qual está submetido, bem como suas relações sociais no cotidiano, ou o posicionamento da mídia diante de determinado tema.

Nessa moral da história que foi desconstruída e reconstruída, percebemos a presença de uma nova moral, não aquela que preza pelos “bons” costumes, edificantes do homem, que impõe uma segregação social, mas uma moral engajada politicamente, podendo levar os sujeitos a pensarem na sua condição de seres políticos e sociais, atribuindo-lhes o poder de questionar e satirizar ordens socialmente impostas.

À materialidade lingüística aí colocada, há um posicionamento discursivo que pode ser denominado como uma microluta pelo poder e essa crítica se estende à sociedade como um todo: “doutos”, “senhoras”, “aios”, “maridos”, “sabichões”, “bispos”, a “multidão”, ninguém escapa a esse processo discursivo.

Assim, o reizinho da história, é um rei comum aos contos de fadas, porém, sua anomalia genitália é mantenedora de sua soberania. Destarte, o sujeito discursivo, por meio do uso de palavras de baixo calão, apaga o sentido moralizante de seus intertextos, dando uma nova roupagem a este personagem e revelando o seu avesso (um rei, “bem-dotado”, homossexual), ele choca o ideal de rei que, em nossa sociedade, e nas histórias infantis, é inconcebível ser homossexual.

Percebemos, portanto que ocorre nesse texto o resgate de discursos já sacralizados, os quais, são colocados à prova por meio de uma denúncia sutil.

Nos dizeres de Gregolin (2001-a, p.113), “os movimentos de apagamentos e desvelamentos são responsáveis pela heterogeneidade do discurso que, por ser histórico, é

habitado por vozes que o atravessam e o constituem”. Em *Bufólicas*, há um rompimento com o comum “e foram felizes para sempre” dos contos de fadas, pois, aquele reino somente fora feliz, até que

(...) um dia...
 Acabou-se da turba a fantasia.
 O reizinho gritou
 Na rampa e na sacada
 Ao meio-dia:
 Ando cansado
 De exhibir meu mastruço
 Pra quem nem é russo.
 E quero sem demora
 Um buraco negro
 Pra raspar meu ganso.
 Quero um cu cabeludo!

Na Vila do Troço quando:

Até hoje ninguém conhece
 O nome daquela cô.
 E nunca mais se viu
 Alguém-Fantasia
 Que deixava uma estrela
 Em tudo que tocava...

E ainda na

Moral da estória, em relação ao morador
 Da Vila do Troço:
 Não acredite em fadinhas.
 Muito menos com cacete.
 Ou somem feito andorinhas
 Ou te deixam cacoetes.

Nesse momento, ocorre uma desestabilidade tanto no mundo da fantasia, abordado pelo texto, quanto no mundo do leitor que se depara com uma literatura que escancara enunciados chulos, comuns no cotidiano, nas piadas, nos xingamentos, mas que, por outro lado, compõem uma ordem discursiva tida como imprópria à “boa” literatura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de *Bufólicas*, nos parâmetros da AD de linha francesa, propiciou-nos a visão dos seus poemas a partir do resgate de elementos interdiscursivos. Dessa forma, deles, pudemos fazer inferências que não se apresentam apenas na superfície da materialidade lingüística, mas que são determinadas por vivências, experiências, leituras outras, às quais os elementos interdiscursivos nos remetem, fazendo nascer a interpretação de discursos dessacralizados.

Como visto, o sujeito é determinado histórica e socioculturalmente, assim, ele traz consigo marcas próprias, mas representativas do meio social ao qual se inscreve. Portanto, todo discurso compreendedor de *Bufólicas* pertence a uma dada FD. O leitor que não tem determinado conhecimento prévio requisitado na interpretação dos textos de *Bufólicas*, não perceberá o sentido cômico pelo qual o sujeito discursivo reelabora os CF e a fábula, sendo, portanto, incapaz de atribuir-lhes os sentidos pretendidos (quando HH passara a escrever uma literatura erótico-obscena com o intuito de ser lida⁸). E, da mesma forma, fomos incapazes de apontar todos os aspectos interdiscursivos que subjazem nosso *corpus*.

Contudo, temos a certeza de que nossa circunscrição política, histórica, social, econômica, cultural, teórica configura-se em condição para a leitura desse *corpus* de

⁸ Cf nota 01 deste trabalho.

pesquisa. Afinal, além de termos nossas condições específicas de possibilidades; somos perpassados pelos esquecimentos número 01 e 02⁹.

Assim, entendemos que, além de causar um certo “embaraço” no leitor, devido ao uso de vocábulos “tão populares”, aqueles poemas circunscrevem-se no patamar de uma obra de arte muito bem elaborada, e seus implícitos, ao se mostrarem contrários ao discurso moralizante e/ou edificador (tão prezado em nossa sociedade), trazem consigo discursos outros, posições políticas e éticas de denúncia, de escancaramento de “verdades” omitidas pela “boa” sociedade. Em outras palavras, é a produção de outros efeitos de sentido, pela dessacralização dos discursos presentes até então nos contos de fadas e nas fábulas.

Dessa forma, presenciamos um novo conto de fadas, uma nova fábula, que, mesmo passando pelo crivo monoteísta, circunscreve-se em posições políticas que vão além de mera aparência, pois seus outros efeitos de sentido ocupam lugares associados às resistências de facções sociais consideradas como minoria.

A leitura desse *corpus* sob o olhar da AD traz contribuições que não seriam possíveis se visualizado apenas na superfície da materialidade lingüística, e por isso, a verificação dos implícitos e sua associação a FDs presentes na memória discursiva, assumem caráter de importância crucial no estudo de *Bufólicas*.

⁹ Cf Pêcheux (1997), citado na pág. 21-22.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Bibliografia Consultada

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: _____ et al. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 11-21.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: Cadernos de estudos lingüísticos, 19. Campinas: UNICAMP, 1990. p. 25-42.

_____. “Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche d l'outre dans le discours”. In: *DRLAV*. Paris: Centre de Recherches de l'Université de Paris III, 1982.

AUTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. São Paulo: Graal, 1970. p. 53-107.

BAKHTIN, Mickhail. Língua, fala e enunciação. In: _____ **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1988. p. 90-127.

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Tradução de Arlene Caetano. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 366 p.

BORTONE, Márcia Elizabeth. O discurso da insubordinação. In: _____ (org.) **Linguagens e Educação**. Uberaba; Ed. Universidade de Uberaba, São Paulo: Editorial Cone Sul, 1999. p.11-57.

BRAIT, Beth. Discurso, esse objeto de múltiplas faces. In: Gregolin, M. Rosário V. e BARONAS, R. (Orgs.). **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos: Claraluz, 2001. p. 19-35.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, 96p.

BURKE, Peter. A terceira geração. In: _____. **A escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: EDUNESP, 1997. p. 79-107.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F. e FERREIRA, M. C. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzato, 1999. p. 15-22.

DE CERTEAU, M. A operação histórica. In: LE GOFF, J. e NORA, P. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995. p. 17-48.

FERNANDES, C. A. “A Constituição da Análise do Discurso na Lingüística”. In: FIGUEIREDO, C. A. et al. **Língua(gem): Reflexões e Perspectivas**. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 33-46

FERNANDES, C. A. “Lingüística e História: formação e funcionamentos discursivos”. In: ____ & SANTOS, J. B. C. **Análise do Discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: EntreMeios, 2004. p. 43-70.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000. 79 p.

_____. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 239 p.

_____. **O que é um autor?** 2. ed. Lisboa: Passagens, 1992. 160 p.

FUENTES, Mora J. L. **O caderno rosa de Hilda Hilst.** s/d. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/ri/casadosol/criticaar.html>>. Acesso em 19 de out. de 2002.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. “Discurso, História, Memória: a constituição do olhar brasileiro”. In: **Boletim ABRALIN**, Araraquara, SP, n. 21. 2001. p. 113-120. (a)

_____. Análise do discurso: os sentidos e suas movências. In: _____, CRUVINEL, M. F. e KHALIL, M. G. (Orgs.). **A análise do discurso: entornos do sentido.** Araraquara, SP: FCL – UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001. p. 09-34. (b)

_____. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: _____. (Org.) **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo.** São Carlos: Claraluz, 2003. p. 95-110.

_____. AD: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, C. A. e SANTOS, J.B.C. (Orgs.) **Teorias Lingüísticas: problemáticas contemporâneas.** Uberlândia: UFU, 2003. p. 21-34.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 102 p. (tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro).

HILST, Hilda. **Bufólicas.** São Paulo: Globo, 2002. 60 p.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Cadernos de Literatura Brasileira – Hilda Hilst.** São Paulo, 1999. 139 p.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001. 100p. (a)

_____. **Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002. 320p. (b)

PÊCHEUX, Michel. A Análise de Discurso: Três épocas (1983). In: GADET, Françoise e HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 311-318. (a)

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990. 70 p. (b)

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. 317 p.

PÉCORA, Alcir. Nota do Organizador. In: HILST, Hilda. **Bufólicas**. São Paulo: Globo, 2002. p. 07-10.

PETITFILS, Jean-Christian. Uma monarquia não tão absoluta. In: **História viva – grandes temas**. n. 02, São Paulo: Ediouro. p. 09-15, 2004. (tradução de Mariana Teixeira Marques).

POSSENTI, Sírio. O Sujeito fora do arquivo. In: _____ **As múltiplas faces da linguagem**. Brasília: UNB. 1996. p. 37-48.

_____. “Sobre as noções de sentidos e efeitos de sentido” In: ____ **Os limites do discurso** – ensaios sobre discurso e sujeito. Curitiba: Criar Edições. 2002. p. 167-186.

ROBIN, Régine. Formação Social, Prática Discursiva e Ideologia. In: ____ **História e Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1997. p. 88-134.

ROSENFELD, Anatol. **Hilda Hilst: Poeta, Narradora, Dramaturga**. 1970. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/ri/casadosol/criticaar.html>>. Acesso em 19 de out. de 2002.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: **Los judios, la memoria**: el presente. Mexico. Fondo de Cultura Economica, 1996. 19p. (mimeo).

_____.Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica. In: **Coletânea Razão e sentimentos na política**. Brasília: editora da UNB, (no prelo), previsto para 1999.12p. (mimeo).

WHITE, H. O texto histórico como artefato literário. In: _____ **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Editora da USP, 1994. p. 97-116.

ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: _____(Org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 07-38.

2. Bibliografia Geral

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 23. ed. São Paulo, Cortez, 1989. 104p.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: **O Rumor da Língua**. Edições 70. Lisboa – Portugal, 1984. p. 49-53. Tradução de Antônio Gonçalves.

BURKER, P. **A escrita da história: novas perspectivas**.(Org.) Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992. 354p.

_____. **História social da linguagem**. In:_____. & PORTER, R. (Orgs). Tradução de Álvaro Hattner. São Paulo: Fundação Ed. Da UNESP, Cambridge, 1997. 263p.

FISCHER, R.M.B. Foucault e o desejável conhecimento do sujeito. In: **Educação & Realidade**. v. 24, n. 1999, p. 39-59.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Recitações de mitos: a história na lente da mídia. In: _____ (Org.) **Filigranas do discurso: as vozes da história**. Araraquara: FCL/UNESP, 2000. p. 19-34.

_____. Sentido, Sujeito e Memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: _____ e BARONAS, Roberto (Orgs.) **Análise do Discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos: Claraluz, 2001. p. 60-68.

_____. **Michel Pêcheux: um olhar crítico sobre os contextos epistemológicos das ciências humanas.** Araraquara, SP: UNESP, s/d. 04p. (mimeo).

_____. **A leitura da mídia na escola, trabalhando com os gêneros do discurso.** Catalão, 2002. Mini-curso promovido pelo projeto “Letras em Debate” do Curso de Letras do Campus Avançado de Catalão/UFG em 11 de outubro de 2002. Notas. 10 p.

_____. AD: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, C. A. e SANTOS, J.B.C. (Orgs.) **Teorias Lingüísticas: problemáticas contemporâneas.** Uberlândia: UFU, 2003. p. 21-34.

_____. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos.** São Carlos: Claraluz, 2004. 210 p.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem.** 2. ed. Campinas: Pontes, 2003. 110p.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do discurso.** 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997. 198 p.

_____. **Termos-chave da Análise do Discurso.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (re) ler Michel Pêcheux hoje.** Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003. 110p

ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos.** Campinas: Pontes, 2001. 218 p.

SANTOS, João Bôsko Cabral dos. A polifonia no discurso literário. In: _____. & FERNANDES, C. A. (orgs.). **Teorias Lingüísticas: problemáticas contemporâneas.** Uberlândia: Edufu, 2003. p. 45 – 50.

SCHINELO, Rosimar de Fátima & VILLARTA-NEDER, Marco Antonio. “Fita verde no cabelo: vozes da autoria”. In: GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise (Org.). **Filigranas do discurso**: as vozes da história. Araraquara: FCL/UNESP, 2000. p. 107-120

SILVA, Angela Maria, PINHEIRO, Maria S. de Freitas e FREITAS, Nara Eugênia de. **Guia para normalização de trabalhos técnicos-científicos**: projetos de pesquisa, monografias, dissertações, teses. 2. ed. Uberlândia: Edefu, 2002. 159 p.

TEIXEIRA, Marlene. **Análise de Discurso e Psicanálise**. Elementos para uma abordagem do sentido no discurso. Porto alegre: EDIPUCRS, 2000. 210p.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Tradução de Alda Battar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3. ed. Brasília: UNB, 1995. 200 p.

ANEXOS

1 – O Reizinho Gay

Mudo, pintudão
O reizinho gay
Reinava soberano
Sobre toda a nação.
Mas reinava...
APENAS...
Pela linda peroba
Que se lhe adivinhava
Entre as coxas grossas
Quando os doutos do reino
Fizeram-lhe perguntas
Como por exemplo
Se um rei pintudo
Teria o direito
De somente por isso
Ficar sempre mudo
Pela primeira vez
Mostrou-lhes a bronha
sem cerimônia.
Foi um Oh...! geral
E desmaios e ais
E doutos e senhoras
Despencaram nos braços
De seus aios.
E de muitos maridos
Sabichões e bispos
Escapou-se um grito.
Daí em diante
Sempre que a multidão
Se mostrava odiosa
Com a falta de palavras
Do chefe da Nação
O reizinho gay
Aparecia indômito
Na rampa ou na sacada

Com a bronha na mão.
E eram ós agudos
Dissidentes mudos
Que se ajoelhavam
Diante do mistério
Desse régio falo
Que de tão gigante
Parecia etéreo.
E foi assim que o reino
Embasbacado, mudo
Aquietou-se sonhando
Com seu rei pintudo
Mas um dia...
Acabou-se da turba a fantasia.
O reizinho gritou
Na rampa e na sacada
Ao meio-dia:
Ando cansado
De exhibir meu mastruço
Pra quem nem é russo.
E quero sem demora
Um buraco negro
Pra raspar meu ganso.
Quero um cu cabeludo!
E foi assim
Que o reino inteiro
Sucumbiu de susto.
Diante de tal evento...
Na memória dos tempos
Só sobraram cinzas
Levadas pelo vento

Moral da estória:
A palavra é necessária
Diante do absurdo.

2 – A Rainha Careca

De cabeleira farta
De rígidas ombreiras
De elegante beca
Ula era casta
Porque de passarinha
Era careca.
À noite alisava
O monte lisinho
Co'a lupa procurava
Um tênue fiozinho
Que há tempos avistara.
Ó céus! Exclamava.
Por que me fizeram
Tão farta de cabelos
Tão careca nos meios?
E chorava.
Um dia...
Passou pelo reino
Um biscate peludo
Vendendo venenos.
(Uma gota aguda
Pode ser remédio
Pra uma passarinha
De rainha.)
convocado ao palácio
Ula fez com que entrasse
No seu quarto.

Não tema, cavalheiro,
Disse-lhe a rainha
Quero apenas pentelhos
Pra minha passarinha.
Ó senhora! O biscate exclamou!
È pra agora!
E arrancou do próprio peito
Os pêlos
E com saliva de ósculos
Colou-os
Concominante penetrando-lhe os meios.
Ui! Ui! Ui! Gemeu Ula
De felicidade
Cabeluda ou não
Rainha ou prostituta
Hei de ficar contigo
A vida toda!
Evidente que aos poucos
Despregou-se o tufo todo
Mas isso o que importa?
Feliz, mui contentinha
A Rainha Ula já não chora.

Moral da estória:
Se o problema é relevante,
Apela pro primeiro passante.

3 – Drida, a maga perversa e fria

Pairava sobre as casas
Defecando ratas
Andava pelas vias
Espalhando baratas
Assim era Drida a maga perversa e fria
Rabiscava a cada dia o seu diário.
Eis o que na primeira página se lia:
Enforquei com minha trança
O velho Jeremias.
E enforcado e de mastrução duro
Fiz com que a velha Inácia sentasse o cuzaço ralo no dele dito cujo.
Sabem por que?
Comeram-me a coruja.
Incendiei o buraco da Neguinha.
Uma crioula estúpida
Que limpava ramelas
De porcas criancinhas.
Perguntaram-me por que
Incendiei-lhe a rodela?
Pois um buraco fundo
De régia função mas que só tem valia se usado na contramão
Era por neguinha ignorado.
Maldita ortodoxia!
Comi o cachorro do rei.
Era um tipinho gay
Que ladrava fino
Mas enrabava o pato do vizinho.
Depenei o pato.
Sabem por quê?
Cagou no meu cercado.
E agora vou encher de traques o caminho dos magos.
Com minha espada de palha e bosta seca
Me voy a Santiago.

Moral da estória:
Se encontrares uma maga (antes
Que ela o faça), enraba-a.

4- O ANÃO TRISTE

De pau em riste
O anão Cidão
Vivia triste.
Além do chato de ser anão Nunca podia
Meter o ganso na tia
Nem na rodela do negrão.
É que havia um problema:
O porongo era longo
Feito um bastão.
E quando ativado
Virava... a terceira perna do anão.
Um dia... sentou-se o anão triste
Numa pedra preta e fria.
Fez então uma reza
Que assim dizia:
Se me livrasses, senhor,
Dessa estrovenga
Prometo grana em penca pras vossas igreja.
Foi atendido.
No mesmo instante
Evaporou-se-lhe
O mastruço gigante.
Nenhum tido de pau
Nem bimba nem berimbau
Pra contá o ocorrido.
E agora
Além do chato de sr anão
Sem mastruço, nem fole
Foi-se-lhe todo o tesão.
Um douto bradou: ó céus!
Por que no pedido que fizeste
Não especificaste pras Alturas
Que te deixasse um resto?
Porque pra Deus
O anão respondeu
Qualquer dica
É compreensão segura.
Ah, é, negão? Então procura.
E até hoje
Sentado na pedra preta o anão procura as partes pudendas...
Olhando a manhã fria.

Moral da estória:
Ao pedir, especifique tamanho
grossura, quantia.

5 – A CHAPÉU

Leocádia era sábia.
Sua neta “Chapéu”
De vermelho só tinha a gruta
E um certo mel na língua suja.
Sai bruaca
Da tua boca imunda! (dizia-lhe a neta)
Aí vem Lobão!
Prepara-lhe confeitos
Carnes, esqueletos
Pois bem sabes
Que a bichona peluda
É o nosso ganha-pão.
A velha Leocádia estremunhada
Respondia à neta:
Ando cansada de ser explorada
Pois da última vez
Lobão deu pra três
E eu não recebi o meu quinhão!
E tu, e tu Chapéu, minha nega
Não fazendo nada com essa choca preta.
Pret de choca, nona.
Mas irmã do capeta.
Lobão: Que discussões estéreis
Que azáfama de línguas!
A manhã está clara e tão bonita!
Voejam andorinhas
Não vedes?
Tragam-me carnes, cordeiros,
Salsas verdes.
E por que tens, ó velha,
Os dentes agrandados?
Pareces de mim um arremedo!
Às vezes te miro
E sinto que tens um nabo
Perfeito pro meu buraco.
AAAIII! Grita Chapéu.
Num átimo percebo tudo!
Enganaram-me! Vó Leocádia
E Lobão
Fornicam desde sempre
Atrás do meu fogão!

Moral da estória:
Um id oculto mascara o seu produto.

6 – CANTORA GRITANTE

Cantava tão bem
Subia-lhe oitavas
Tantas tão claras
Na garganta alva
Que toda vizinhança
Passou a invejá-la.
(As mulheres, eu digo,
porque os homens maridos
às pampas excitados
de lhe ouvir os trinados,
a cada noite
em suas gordas consortes
enfiavam os bagos).
Curvadas, claudicantes
De xerecas inchadas
Maldizendo a sorte resolveram calar
A cantora gritante.
Certa noite... de muita escuridão
De lua negra e chuvas
Amarraram o jumento Fodão a um toco negro.
E pelos gorgomilhos
Arrastaram também
A Garganta alva
Pros baixios do bicho.
Petrificado
O jumento Fodão
Eternizou o nabo
Na garganta-tesão... aquela
Que cantava tão bem
Oitavas tantas tão claras
Na garganta alva.

Moral da estória:
Se o teu canto é bonito,
Cuida que não seja um grito.

7 – FILÓ, A FADINHA LÉSBICA

Ela era gorda e miúda
Tinha pezinhos redondos,
A cona era peluda
Igual à mão de um mono
Alegrinha e vivaz
Feito andorinha
Às tardes vestia-se como um rapaz
Para enganar mocinhas.
Chamavam-lhe “Filó, a lésbica fadinha”.
Em tudo que tocava
Deixava sua marca registrada:
Uma estrelinha cor de maravilha
Fúcsia, bordô
Ninguém sabia o nome daquela cô.
Metia o dedo
Em todas as xerecas: loiras, pretas
Dizia-se até...
Que escarafunchava bonecas.
Bulia, beliscava como quem sabia
O que um dedo faz
Desde que nasci.
Mas à noite... quando dormia...
Peidava, rugia... e...
Nascia-lhe um bastão grosso
De início igual a um caroço
Depois...
Ia estufando, crescendo
E virava um troço
Lilás
Fúcsia
Bordô
Ninguém sabia a cô do troço
da Fadinha Filó.
Faziam fila na Vila.
Falada “Vila do Troço”.
Famosa nas Oropa
Oiapoc ao Chuí
Todo mundo tomava
Um bastão no oiti.
Era um gozo gozoso
Trevoso, gostoso
Um arrepião nos meios!
Mocinhas, marmanjões
Ressecadas velhinhas
Todo mundo gemia e chorava
De pura alegria na Vila do Troço.
Até que um belo dia...
Um cara troncução

Com focinho de tira
De beijo bordô, fúcsia ou maravilha
(ninguém sabia o nome daquela cô)
seqüestrou Fadinha
e foi morar na Ilha.
Nem barco, nem ponte
O troncução nandando deito rinoceronte
Carregava Fadinha.
De pernas abertas
Nas costas do gigante
Pela primeira vez
Na sua vidinha
Filó estrebuchava
Revirando os óinho
Enquanto veloz veloz
O troncução nadava.
A Vila do Troço
Ficou triste, vazia
Sorumbática, tétrica pois nunca mais se viu
Filó, Fadinha lésbica
Que à noite virava fera
E peidava e rugia e nascia-lhe um troço
Fúcsia
Lilás
Maravilha
Bordô
Até hoje ninguém conhece
O nome daquela cô.
E nunca mais se viu
Alguém-Fantasia
Que deixava uma estrela
Em tudo que tocava
E um rombo na bunda
De quem se apaixonava.

Moral da estória, em relação à Fadinha:
Quando menos se espera, tudo reverbera.

Moral da estória, em relação ao morador
Da Vila do Troço:
Não acredite em fadinhas.
Muito menos com cacete.
Ou somem feito andorinhas
Ou te deixam cacoetes.